

LIVROS DE HORAS NA CORTE DE AVIS: REVISÃO DE LEITURAS E NOVOS CONTRIBUTOS, EM BUSCA DE FORMAS DE PIEDADE MEDIEVAL

AIRES A. NASCIMENTO
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS DE LISBOA
<https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi28v1>
aires.nasc@gmail.com

*Em memória de
Gemma Avenozza(1959-2021)
na saudade de uma partida inesperada*

RESUMO: Retomamos aqui o estudo de três Livros de Horas do século XV de colecções portuguesas: o Livro de Orações de D. João I, o Livro de Horas de D. Duarte, e o Livro de Horas de D. João II, este apenas recentemente revelado a público. Atendemos a particularidades menos advertidas e detemo-nos em contextos de integração cultural: a figura de Alfonso de Cartagena e suas relações com D. Duarte é charneira e ponto limite para datar o Livro de Horas de D. Duarte, mas nunca foi tomado em conta; atemo-nos também a pormenores nunca atendidos no Livro de Orações de D. João I, que terá passado também pelas mãos daquele Príncipe; acentuamos alguns traços particulares da vida de piedade do rei D. João II a partir de traços revelados no Livro de Horas deste rei recentemente dado a conhecimento público e sublinhamos qualidades dessa personalidade de excepção daquele rei, a quem Isabel, a Católica chamou “o Homem” quando lhe deram a notícia do seu falecimento. Dedicamos este estudo a Gemma Avenozza, estudiosa que veio a Lisboa para frequentar as nossas lições de Codicologia na Faculdade de Letras e se notabilizou em identificar e recuperar fragmentos de manuscritos, integrando-os no seu contexto cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Livros de Horas; Leituras; Portugal; Século XV.

ABSTRACT: We take up here the study of three Books of Hours from the 15th century in Portuguese collections: the Prayer Book of D. João I, the Book of Hours of D. Duarte, and the Book of Hours of D. João II, the latter only recently revealed to the public. We look at less noted particularities and reflect on contexts of cultural integration: the figure of Alfonso de Cartagena and his relations with D. Duarte is the key and cut-off point for dating the case of D. Duarte’s Book of

Hours, but never taken into account; we also look at details never examined in João I's Prayer Book which will have also passed through the hands of the prince; we also stress some particular traits in the life of piety of King João II from traits revealed in his Book of Hours, knowledge of which has recently been made public, and we emphasize exceptional personal qualities of this king, called "the Man" by Isabella the Catholic when they gave her the news of his passing. We dedicate this study to Gemma Avenzoa, a scholar who came to Lisbon to attend our classes in Codicology at the Faculdade de Letras and who distinguished herself in identifying and recovering manuscript fragments, integrating them in their cultural context.

KEYWORDS: Books of Hours; Readings; Portugal; XVth century.

0. Aprofundar leituras

Lemos superficialmente: a fisiologia da leitura assim o comprova, pois habituámo-nos a percorrer apenas o terço superior dos caracteres, manuscritos ou impressos¹; tarde nos reconciliamos com o texto e mais tarde ainda com a totalidade do documento, sobretudo quando ele é singular e único, como acontece com qualquer manuscrito². Há que ler, prevendo e prolongando o que só encontramos em interiorização pessoal que integre o que faltou recolher das pontas soltas que fomos levantando e escaparam. De facto, como se fosse num espectáculo, habitualmente entramos a meio da acção e saímos antes do fim: apressados, deixamos que a vida se adiante e se imponha: a atenção é oscilante ou intermitente, dá lugar a interferências que nos obrigam a interromper a participação em acto que devia ser exclusivo e intenso; para nos redirmos, às vezes pedimos a outros que nos informem sobre a parte a que não estivemos presentes, mas só mais tarde nos convencemos a voltar à leitura para mergulharmos no texto. Revemo-nos em Umberto Eco e com ele não temos pejo em declarar que há livros que não lemos inteiramente, mesmo quando dizemos tê-los lido para entrarmos no coro de bem comportados; a eles voltamos quando incentivados por outros: foi esclarecedor o colóquio tido por U. Eco com Pierre Bayard, em confidências de fronteira sobre "como falar de livros que nunca li"³.

¹ Por alguma razão a escrita epigráfica manteve o uso da maiúscula e evitou a minúscula, que tende a ser *currens* – corrente porque permite deslizar segundo o movimento da mão, que abrevia e simplifica ou até deixa supor os traços da escrita: está comprovado que a letra maiúscula obriga o olhar e percorrer cada letra de alto a baixo para a identificar, o que implica demora de leitura em triplicado.

² PIC, Muriel – *Constellation de la lettre. Le concept de lisibilité (Lesbarkeit) en France et en Allemagne*. «Po&ésie», vol. 137-138, no. 3-4 (2011), p. 2a50-265.

³ Cf. BAYARD, Pierre – *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?* Paris: Minuit, 2007; tomei conhecimento do debate que teve com Umberto Eco na New York Public Library a 17 de Novembro de 2007; soube dele ao ser reproduzido em *Le Magazine Littéraire* do mês de Junho seguinte e acabei por reconhecer que era importante voltarmos à sabedoria do aforisma medieval que apostava na previsão do conhecimento como antecipação: "nihil cognitum nisi praecognitum"; experimentei, depois, o que era imaginar o conteúdo de um livro e verifiquei no final que havia zonas tanto mais saboreadas quanto as havíamos previsto e o outro / o autor as havia enunciado:

Em retoma de leituras, frequentemente reconhecemos que há surpresas que nos reconfortam e nos reconciliam: será assim em ciclos de leituras de textos que pertencem à tradição, mas devemos admitir que nunca se olha para uma obra de arte duas vezes do mesmo modo, pois o encontro com ela, quando sincero e comprometido, é sempre de encanto e este é renovação pessoal⁴.

Assim nos aconteceu com alguns livros (manuscritos ou impressos) que aceitáramos receber da mão de pessoas muito estimadas e por isso déramos por adquirido que o seu juízo era definitivo e o que aprendêramos chegara para os nossos gastos: arriscando, porém, a refazer o caminho de quem nos havia precedido, recebemos em troca o que nunca havíamos suspeitado e devemos apresentar como contributo pessoal para leitura colectiva; avançámos, às vezes, desprevenidos e em percurso próprio. Se partimos em esforço, o estudo, que é acto de decisão e tenacidade (porque *studium*), acabou por se revelar pleno de recompensas: seja ela bíblica que garante voltar em alegria quem parte em lágrimas, porque conta com Deus que põe os olhos no pobre e a ele garante a colheita (Ps. 126, 5). “Scrutaminí scripturas” (Iohan. 5, 39) é conselho bíblico: nunca está cumprido!

1. Leituras partilhadas

O estudo de exemplares dos Livros de Horas (LH) acumulados em colecções portuguesas (arquivos e bibliotecas) mereceu, a seu tempo, a nossa atenção, mas às vezes confiámos noutros, sem que eles tivessem que responder pela limitação do que fomos apreendendo: de entre todos o mais atento foi Mário Martins, insigne pelo saber e pela acutilância de juízo ou pela prudência de se rever em passos bem medidos⁵; seguiu-se-lhe o empenho de investigadores de nova geração que,

sem pôr em dúvida a novidade do outro, reconheci que é útil antecipar aquilo para que se parte em busca da novidade que nos surpreenda.

⁴ A experiência está feita com os textos da tradição bíblica, assumindo que é inesgotável a leitura dos textos sagrados que aceita medir-se criativamente com as heranças do passado; a tensão criada no triângulo de um eu insaciado em diálogo com outros que ousaram situar-se na mesma onda leva não raro a vibrações de consonância disforme que não é necessariamente dissonante, mas complementar, mesmo quando passa pelo processo da tradução, pois a dimensão histórica não se limita a repetir nem a dimensão filológica se fixa sobre o passado do texto. O tema passou recentemente para a capa de livro de MENDONÇA, José Tolentino de – *Leitura infinita*. Lisboa: Assírio & Alvim / Paulinas, 2014, mas estava dado, por exemplo, em BANON, David – *La Lecture infinie: les voies de l'interprétation midrachique*, préface par Emmanuel Levinas. Paris: Seuil, 1987.

⁵ Sirva de exemplo o estudo de MARTINS, Mário – *Guia Geral das Horas del-Rei D. Duarte*. Lisboa: Brotéria, 1982: recolho-o com a dedicatória que recebi das mãos do seu autor, em 20.05.1982; procurou ele dar conta de dados relativos a influências do LH em obras literárias e deduzir o uso e influência que estas “Horas para leigos” tiveram em personalidades literatas como Gil Vicente. Aquele grande erudito dedicou particular estudo ao LH do rei D. Duarte, mas não deixou de atender aos exemplares que se guardam nas nossas bibliotecas, dedicando o seu estudo “à memória de minha mãe que também rezava as Horas de Nossa Senhora”. Quanto ao “itinerário português dos Livros de Horas” que ocupa o cap. II, não falta referência ao “Livro de Horas feito por D. João I” (que também para ele falha na estrutura do LH, mas se fica por “livro de piedade”, um *libellus precium*, um entre outros) nem esquece as “Horas de Confissão de D. Pedro, o de Alfarrobeira”, cujo paradeiro se desconhece: desfaz identidades e confusões entre Breviários e Livros de Horas em que caíram homens de cultura, como Reynaldo dos

no fervor das descobertas, se dedicaram sobretudo à interpretação iconográfica: não há que reacar a agudez do olhar de *iuniores*, pois, a juízo de Quintiliano, eles podem ser *perspicaciores*, contanto que, no fulgor do jogo de espelhos, a *perspicuitas* mantenha a genuinidade do encontro com leituras intensas trazidas da longa duração⁶.

Contudo, às vezes ocorrem contratempos de não pouca monta: o exame material para a análise codicológica está sujeito a restrições bem-intencionadas que criam condicionamentos e obrigam a hipóteses que não podem ser dispensadas. Outras vezes, porém, é a rotina do *déjà vu* que nos tolhe... A vários participantes de leitura convivial somos devedores de avanços representativos no conhecimento de espécies, algumas delas esquecidas e outras pouco estudadas: a leitura é um acto de partilha, em convívio – *lente legere et perlegere*⁷.

Cientes de também sermos chamados a leituras inteiras e responsáveis, trazemos algumas reflexões que aqui oferecemos em memória de pessoa que se afeiçoou ao nosso modo de trabalhar e pela qual ganhámos carinho nos breves dias que connosco conviveu, em alegria sempre contagiante e na afabilidade irradiante, como o olhar dela, Gemma Avenoz⁸. Ler acompanhado tem encanto renovado!

Santos, nem esquece referências a personalidades como Santa Isabel de Portugal (*Crónica de D. Dinis*), mas, com argúcia e desenvoltura, desfaz equívocos de informação. Dona Filipa de Lencastre, que rezava o Saltério, seguindo o costume de Salisbúria (como refere Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, tomo 2, p. 226, “às sextas-feiras”, esconde-se numa designação de maior vulto; o Infante D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo (Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 41), o Infante Santo (acompanhado por Fr. João Álvares, seu confessor) e a rainha Dona Leonor são convocados e postos onde devem continuar; há outros casos referidos que vêm das *Cantigas de Santa Maria*, por Afonso X (nº 55, 87) ou em memórias como as de D. João Estevéns, bispo do Porto em 1392; são registados exemplares, segundo cotas de arquivo: ANTT, armário dos tratados, nº 9, CF, estante nº3, P7. Ao elenco ali referido haverá que juntar alguns, como faremos mais adiante; seja, por exemplo: BPM Évora, cod. CXXIX /2-10; BNP, Lisboa, FG, ms. 3069; Alc. 85, etc.); trata-se de elenco disperso na composição da *poikilia* que se desdobra em ramalhete florido.

⁶ Certa vez, em tarde adiantada, recebi uma chamada telefónica de Mário Martins: não era frequente que ele usasse desse expediente, mas notei de imediato que o ímpeto que punha na voz implicava denúncia; intimava-me ele a que eu tomasse partido e denunciasse alguém: fora ele consultado sobre questão de manuscritos e quem o consultara não entender o que o Mestre tinha sustentado, mas se propunha pôr a circular como se fosse ensinamento seu...

⁷ NASCIMENTO, Aires A. – *Legere, perlegere: da singularidade epigráfica ao sentido do texto e do monumento*. «Sylloge epigraphica Barcinonensis: SEBarc» [em linha], nº. 8 (2010), pp. 11-27.

⁸ Com o passar dos anos, é-me difícil rever com nitidez qual foi o primeiro encontro que tive com Gemma: possivelmente foi no I Encontro / Congresso da Asociación Hispánica de Literatura Medieval, em Santiago de Compostela, ou ainda antes, nas nossas visitas a Santiago para discutir problemas de investigação; o encontro mais marcante foi o do Seminário de Paleografia e Codicologia, organizado por Josep Trenchs, em Benassal-Casteló, em 1990, em Seminário planeado por Manuel C. Díaz y Díaz, o qual, porém, devido a motivos de saúde, não pôde comparecer, mas em que estivemos em convívio alargado com Gullielmo Cavallo, Léon Gilissen, Denis Muzerelle e Carlo Ornat, entre outros. No final, Gemma veio ter comigo e pediu-me que a aceitasse a frequentar o meu Seminário de Codicologia na Faculdade de Letras de Lisboa: depois de ler o que lhe indicara como base, para completar a formação académica, propus-lhe eu que fizesse uma aplicação em estudo da Bíblia da Ajuda, pois havia aspectos que me faltava resolver e tinha deixado em suspenso, porque exigiam leituras para que eu não tinha tempo disponível e para ela me pareciam acessíveis por o texto estar em linguagem romance (castelhana e catalã) que não me era familiar: não só aceitou com entusiasmo, mas não desistiu perante as questões que foram surgindo; demorou dez anos, mas de cada vez que nos encontrávamos ia-me dando notícias, até que considerou

2. Livros de Horas em horizontes medievais e tempos marcados

Em fontes portuguesas, o Livro de Horas (que é tipologicamente uma espécie estruturalmente bem definida, mas nem sempre bem atendida) aparece-nos mencionado pela primeira vez no testamento da rainha Dona Mafalda Sanches, filha do rei D. Sancho I (+1256), 2º rei português, nos alvares da nacionalidade.

Menciona-se aí *unum librum horarum Beate Marie coopertum de argento* que ela entrega a sua irmã Dona Urraca Sanches⁹; a anotação de encadernação de prata remete-nos para carácter luxuoso (como pertencia a uma rainha), mas não nos proporciona informação sobre a sua origem ou proveniência: fica-nos a incerteza, sem que possamos alicerçá-la em hipótese de que fosse livro que, na qualidade de rainha, já a acompanhasse quando se movimentava por León e Castela ou Galiza, onde os livros corriam mais depressa que na parte ocidental de onde ela partira: a posse do Livro de Horas podia ter vindo desses dias. Se o foi, no testamento, deixou ela o seu exemplar a sua irmã que vivia no século com vida familiar consolidada.

Sabemos que, nesses tempos ominosos, na expressão de vontades maiores,

resolvidos os intrincados problemas que detectou e para cuja resolução consultou especialistas de várias disciplinas; no final, brindou-me com um estudo a todos os títulos memorável, honrando-me com dedicatória tão simples como generosa: AVENOSA VERA, Gemma, *La Biblia de Ajuda y la Megil·lat Antiochus en romance*, Madrid, CSIC, 2001; Ead., *Biblias Castellanas Medievales*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, 2011. O colófon do ms de Ajuda, 52-XIII-1, declara: “Esta Biblia fue del Rey dom Afonso que Deus aja e deola a Pero Bentez e Pero Bentez a vendeo a Diogo Rodriguez, almorarife da sisa judiega, e elle a vendeo a min, mestre Fernando, por seys cruzados. E costou me de çulfar e emquadernar e iluminar a primera folha quattrocemos reais etc.”. Tudo Gemma esclareceu com competência. Se me não engano, a última conferência em que veio ao meu encontro, deslocando-se de propósito para me acompanhar, foi quando tivemos ocasião de falar de manuscritos iluminados portugueses: NASCIMENTO, Aires A. – *Libros manuscritos de la Dinastía de Avis y de otros, en Portugal (siglo XV): de la devoción a las Crónicas*. In Seminario / Coloquio, organizado por Josefina Planas, *Manuscrits Il·luminats: La tardor de l’Edat Mitjana i les noves Llums del Renaixement*, Lérida, 17-18 de noviembre de 2014. Teremos aqui oportunidade de corrigir alguns deslises em que caímos por não termos ultrapassado análises de pormenor. A última vez que estive com ela foi no Martinho da Arcada, lugar onde o poeta Fernando Pessoa gostava de se encontrar com os amigos mais chegados; o reencontro que agora havemos de adiar terá lugar quando nos reunirmos todos à mesa do Pai comum, Ele que, como cantou Dante e nós retomamos em ano centenário deste, é “luce eterna che sola in te sidi, / sola t’intendi, e da te intelletta / e intendente te ami e arridi!” (*Par.* XXXIII, 124-126)

⁹ A primeira referência vem-nos, efectivamente, do testamento de Dona Mafalda, filha de D. Sancho I, retirada em Arouca, onde faleceu em 1256. Publicado diversas vezes com deficiências, teve leitura apurada em VELOSO, Maria Teresa – *A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção de direitos senhoriais*. «Revista Portuguesa de História», 18 (1980), 197-229, doc. 8, pp. 226-228, e daí o tomou COELHO, Maria Helena da Cruz – *Arouca: uma terra, um mosteiro, uma santa*. Arouca, 1989, doc. 19: “Item mando domne Orrace Sancier sorori mee... et unum librum horarum Beate Marie coopertum de argento”. Para mais dados sobre a rainha Dona Mafalda, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca - do século X ao século XIII*. Coimbra: Universidade, 1977. Sobre Arouca e seus livros, cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Livros e tradições hispânicas no mosteiro cisterciense de Arouca*. In *Escritos dedicados a José María Fernández Catón*, Vol. II. León: Centro de Estudio e Investigación «San Isidor» e Archivo Histórico Diocesano, 2004, pp. 1041-1058; IDEM – *Écouter la voix de l’Époux: les stratégies de la spiritualité médiévale - l’intensification de lecture du Cantique des Cantiques (à propos de rubriques d’un manuscrit cistercien portugais du XIII^e siècle)*. In FERRARI, Jean; GRÄTZEL, Stephan (ed.) – *Spiritualität in Europa des Mittelalters: 900 Jahre Hildegard von Bingen / L’Europe spirituelle au Moyen Âge: 900 ans de l’abbaye de Cîteaux*. St. Augustin: Verlag, 1998, pp. 53-64.

contavam os gestos como prolongamento de afecto mantido com alguém mediante objecto de apreço: confiá-lo a outrem era prolongar a vida a dois, através do que parecia era instrumento sensível¹⁰. Interpretemos o gesto: para o tempo, evitar que fosse colocado em bolsa de seda (o cendal¹¹) e entregá-lo a alguém significava que essa pessoa se constituía em testamenteira e prolongava pelo tempo o que era testemunho de piedade. No caso concreto, tratava-se de duas irmãs, uma a viver em comunidade monástica e outra a manter a sua vida no século¹²; a comunidade monástica podia dispensar aquele livro, uma vez que as monjas se serviam de livros corais (diferentes na estrutura e distribuídos por momentos diversos¹³): entregue a pessoa secular, com ele significavam-se laços que uniam para além do tempo, mas transferiam para tempo profano, em forma abreviada, o que se celebrava por inteiro no espaço reservado do claustro.

3. “Impedimenta” ou “ornamento”?

Faria parte do enxoval das rainhas o LH? Não temos quanto a isso informação certa. Circularam, por exemplo, indicações relativas a um LH da rainha Santa Isabel de Portugal a que os cronistas se referiam e houve até quem o supusesse guardado em tesouro; quanto a essa pretensão, porém, logo Mário Martins se pronunciou, alegando impossibilidade de isso se verificar, assumindo que os dados disponíveis obrigavam a manter distâncias¹⁴: análise posterior e

¹⁰ Assim julgamos entender a análise de VAUCHEZ, André – *La spiritualité du moyen âge Occidental (VIII.e-XIII.e siècle)*. Paris, 1994, pp. 7-8.

¹¹ Não pareça que o termo é peregrino: “sendal / cendal ou sandal” era um tecido de seda ou outro tecido muito fino, usado sobretudo em vestes rituais ou bandeiras; a palavra remete para o grego *σινδών* (*sindōn*), e está também representada no antigo francês *cendal* e está em Bluteau, 1712-1728, vol. II, p. 236 e vol. VII, p. 577; a referência obrigatória era o gesto de José de Arimateia e de Nicodemos que tomaram o corpo de Jesus e o depositaram num túmulo nunca utilizado, envolvendo-o num lençol de linho fino e precioso (loh. 19, 38-41). Não é raro saber-se de um mesmo Livro de Horas guardado em família ao longo de várias gerações, tão apreciado e acarinhado ele era, desde a infância, que por ele se aprendia a ler, até à idade mais adiantada, e a partir dele as orações eram repetidas; ainda que não fossem inteiramente entendidas eram recurso de regresso.

¹² Dona Urraca era filha bastarda de D. Sancho I e de Dona Maria Aires; casada com um poderoso senhor, Lourenço Soares de Ribadouro, Dona Urraca Sanches foi importante legatária do mosteiro de Santo Tirso e do mosteiro de Sobrado, na Galiza, razão pela qual era lembrada com o marido nos sufrágios do cabido de Santiago de Compostela.

¹³ Por dificuldade de manuseamento por parte das monjas, o saltério de Lorvão, hoje no ANTT, foi desmembrado da Bíblia latina, em tempos que não conseguimos determinar; propusemos, a seu tempo, que fosse reintegrado no volume respectivo, mas a administração do ANTT assim não entendeu, mantendo a separação. Quanto ao uso de um dos códices que chegou a Lorvão a partir de comunidade galega, cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Osculetur me osculo oris sui: uma leitura a várias vozes ou dramatização do Livro dos Cantares num manuscrito cisterciense de Arouca*. In *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. I. Lisboa, 1991, pp. 49-56; em revisão, cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Écouter la voix de l'Époux: les stratégies de la spiritualité médiévale – l'intensification de lecture du Cantique des Cantiques (à propos des rubriques d'un manuscrit cistercien portugais du XIII.e siècle)*, in ob. cit., pp. 53-64.

¹⁴ MARTINS, Mário – *Livros de horas*. «Itinerarium», 1 (1955), pp. 406-423; IDEM – *Um livro de horas da Rainha*

circunstanciada confirmou o seu juízo¹⁵: se havia que atender à *Vida de Santa Isabel* onde se celebra a piedade da princesa que, em tenra idade, “líia mui bem em latim e lingoagem” para atender a suas “horas”, havemos hoje de saber, por análise directa de um pretenso testemunho, obrigamo-nos a reconhecer que o códice apontado não pertence aos tempos da rainha¹⁶.

Também Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 199, assinala que Nuno de Santa Maria, o Condestável de Portugal, rezava diariamente pelo seu Livro de Horas: em matéria de facto não podemos reportar-nos a qualquer testemunho chegado até nós e o Condestável, depois de dar entrada como donato na vida regular, certamente se ajustou à recitação coral dos carmelitas a quem confiara o convento por ele fundado.

Admitamos, enfim, que ninguém gosta de andar de mãos desocupadas, mas em momento derradeiro, que é o de as depor nas mãos de Deus, preferimos que elas estejam a segurar naquilo que simboliza o que prende e segura...

4. Distinguir o que andou por várias mãos

Informação a escrutinar é a que diz respeito ao rei D. João I, que foi Mestre da Ordem Militar de Avis / Calatrava, e teve entre mãos um *Livro de orações* que tem andado confundido com *Livro de Horas* na própria Biblioteca Nacional de Lisboa, onde ele se encontra (*Iluminado* 4).

Já noutra ocasião tivemos oportunidade de apontar a falta de pertinência na designação¹⁷. Avancemos agora com algo mais que, sendo elemento mínimo, nos havia escapado e recuperamos.

1) O II, 4 da BNP não apresenta nome de proprietário nem revela oficina de execução (scriptorium) nem ostenta data de elaboração: gostaríamos de suprir esses dados, ainda que de forma aproximada.

2) Quanto à data do pequeno códice, adiantaremos que o texto é documentalmente em português; ora, não parece possível discernir tempos de uso da língua que nos permitam determinar datas: aliás, por ser em vulgar e ser susceptível de actualizações, já Mário Martins suspeitou que o códice fosse apógrafo (não original) e por isso preferiu supor que, sendo livro de família, tenha permitido ajustamentos linguísticos quando se procedia a uma nova

Santa?. «Brotéria», 78 (1964), pp. 439-445 (= *Estudos de cultura medieval*. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1969).

¹⁵ Cf. CASORRÁN BERGES, Ester; LAFUENTE ROSALES, Carlos María; NAYA FRANCO, Carolina – *El Libro de Horas del II conde de Lemos en el Tesoro del Pilar, tradicionalmente conocido como de Santa Isabel de Portugal*”. «Ars & Renovatio», 5 (2017), pp. 3-39.

¹⁶ Cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Santa Isabel de Portugal – a menina de Aragão coroada rainha em terras portuguesas*. Lisboa: Colibri, 2019, p. 75, nota 40.

¹⁷ Já atrás mencionámos o Seminário / Coloquio, organizado por Josefina Planas, *Manuscripts Illuminats: La tardor de l'Edat Mitjana...*

cópia, necessária para preservação do códice¹⁸.

3) Falantes são, no entanto, alguns dados do calendário com que abre o Il. 4: advertimos nele alguns nomes de santos inscritos na ladainha com apodos claros de santidade: assim acontece com Santa Iria / Eyria, de Santarém¹⁹, e com São Nuno, um e outro inscritos com o designativo específico: se o primeiro caso se compreende por o culto estar no uso de Lisboa e não podemos atribuir-lhe data precisa, o segundo caso leva-nos a uso específico dos Infantes de Avis, especificamente de D. Duarte e seus irmãos maiores, que assim se referiam ao “santo Conde”, ainda antes de sobre isso haver decisão canónica²⁰.

4) Ao repararmos nesses dados, consideramos que eles nos situam em fronteira cronológica: sabemos que Nuno de Santa Maria faleceu em 1 de Abril de 1431 e que, um ano depois, D. Duarte, que estava associado ao trono, deu instruções a Mestre Francisco sobre o modo como havia de pregar acerca das virtudes do Condestável; se bem interpretamos, significa isso que foi também o Príncipe quem se ocupou de incluir o designativo de culto no calendário. Essa fronteira dá-nos azo a colocar o nosso Livro em torno de 1431-1432.

5) Seja apógrafo, como considerou Mário Martins, o manuscrito Il. 4, não perde a qualidade de testemunho: D. Duarte tentou depois desencadear o processo de canonização oficial de S. Nuno em Roma, através de D. Gomes Eanes, abade de Florença, que tinha por missão acompanhar as questões

¹⁸ MARTINS, Mário – Ob. cit., pp. 40 ss., considera que se “trata de um apógrafo do final de quatrocentos (ou mesmo de dos começos de quinhentos”: se os elementos de língua conduzem a isso, havemos de reconhecer que, quanto à inserção do nome dos santos não canonizados, vêm de trás e, pelos dados que já aduzimos, quanto a S. Nuno e Santa Iria, eles são anteriores e sobretudo quanto ao primeiro nos reporta aos Infantes de Avis; seja apógrafo, mas isso só pode demonstrar continuidade num percurso que não está identificado.

¹⁹ Sobre Santa Iria, cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Santa Iria: de virgem a mártir – memória fundante do nome de Santarém*. Santarém: Centro de Investigação Prof. J. Veríssimo Serrão, 2017; IDEM – *Lenda de Santa Iria, de virgem a mártir (a dificuldade de retomar os tempos que se atrasam)*. In RUIZ ARZALLUZ, Íñigo et al. (ed.) – *Estudios de Filología e Historia en Honor del Profesor Vitalino Valcácer*. Vitoria: Publicaciones Universitarias del País Vasco, 2014, vol. II, pp. 751-760.

²⁰ Remetemos para monografia que dedicámos a essa figura: cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Nuno de Santa Maria. Fragmentos de Memória Persistente*. Lisboa: ARM, 2010. Resumindo: Nuno Álvares Pereira, herói das batalhas da independência portuguesa, em 1385, faleceu em 1 de Abril de 1431; no primeiro aniversário da morte, é o Infante D. Duarte quem entrega ao pregador franciscano, Mestre Francisco, o esquema detalhado do elogio a desenvolver, exaltando “a avonança de virtudes que Deus lhe [a NunÁlvares] outorgou”, e por isso “assim é de concluir que Nosso Senhor Deus o coroou de coroa d’honra em esta via e segundo seus feitos e sua fim assim cremos que o é e sempre o será na outra”; estava-se em Abril de 1432; cinco anos mais tarde, a 21 de Julho de 1437, D. Duarte, então na sua qualidade de rei, procura saber junto do Abade beneditino de Florença, Dom Gomes, como vai o processo de canonização do “do santo Condestabre per que se tire inquiriçom sobr’esto costumada”; nessa mesma altura anuncia o rei o envio de uma oração composta em latim por seu irmão o Infante D. Pedro, em forma de responsório latino. Também Dona Isabel, duquesa da Borgonha, tomou a iniciativa de o invocar dessa maneira, ao inserir o seu nome num calendário organizado na Flandres para um Breviário, que por alguma razão tem sido denominado “carmelitano”, mas que nos parece ter passado por Lisboa antes de chegar a Parma, levado por uma princesa portuguesa, para nós Dona Maria de Portugal, descendente de NunÁlvares Pereira, que casou com o Duque de Parma, Alessandro Farnese.

portuguesas junto da Santa Sé – sem sucesso, porém, neste caso²¹.

6) Deve ser este o livro que, atribuído a D. João I, deu entrada na biblioteca de D. Manuel I, onde está registado: “It. Outro livro de rezar de limgoajem emlumynado e esprito (sc. escrito) em purgaminho, que foy delRey dom Joham o primeiro, cuberto de veludo cremesim com huñs porbeens com quatro charneiras de prata dourada sem brochas”²². A julgarmos pelo exemplar conservado, há elementos primitivos que se perderam: entretanto, há dúvidas quanto à genuinidade de alguns elementos primitivos. Da nossa parte, julgamos que a data a atribuir deve ser colocada em tempos em que se assumia a qualificação Nuno Álvares como santo, o que acontecia em dias em que D. Duarte era ainda príncipe.

7) De D. João I escreve Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, t. 2, p. 2: “sendo muito devoto da priçiosa Virgem em que avia symgular e estremada devação, elle tornou em seu louvor as suas devotas oras em lingoajem, apropriamdo as palavras dellas à Virgem Maria e ao seu bemto Filho, de guisa que muitos tomarão devação de as rezar que antes delas não avião rememranças”.

8) O facto de haver um Livro de orações do rei D. João I não impedia que o rei tivesse outro Livro de Horas de padrão normal, por sintonia e por proximidade ou sobretudo por acompanhamento de grupos de piedade que adoptavam modelo comum de devoção²³.

9) Embora Fernão Lopes diga que o rei D. João I “pôs em linguagem” um livro de horas da Virgem (*CDJ*, ed. 1990, II, 2), nada obriga a considerar que

²¹ Outros dados remetem para personalidade conhecedora dos cultos da igreja local: é o caso da *trasladação de S. Vicente*, colocada a 15 de Setembro, em Lisboa, e a festa de Santa Eyría em Santarém, precedida de jejum obrigatório, em 20 de Outubro, ou também a festa de S. Crispim, a 24, em Lisboa, a comemorar a tomada da cidade aos mouros em 1143; tem de ser assumidos como formas e usos locais outras referências a tradições de 2 de Novembro, na celebração dos Fiéis Defuntos, com o costume de “pedir pão por Deus”.

²² Comenta Sousa Viterbo, loc. cit.: “Talvez o mesmo que vem mencionado na livraria de D. Duarte sob o seguinte título *Livro de rezar em que está a confissão geral*: fazemos esta atribuição de um modo dubitativo, porque podia ser do próprio D. Duarte sem ter pertencido ao pae”. Razão tinha aquele erudito e ilustre académico para exprimir dúvidas; pela nossa parte, emitimos a hipótese de que quem caracteriza as invocações dos dois santos na ladainha terá sido D. Duarte.

²³ Haja dúvidas quanto ao trabalho realizado pelo rei (tradução ou adaptação por apropriação), o seu exemplo, em acompanhamento de sua esposa, Dona Filipa, deve ter contagiado outros, sobretudo seus filhos: assim já interpretava Mário Martins, que não deixa de trazer à colação a lembrança de D. Duarte relativamente a seu pai, que “fez huñ livro de oras de santa Maria e salmos certos por os finados” (*Leal Conselheiro*, pp. 109-110). Quanto ao Infante D. Pedro, a quem se atribuem umas “oras da confissom” por ele compostas, admite-se que dele seriam algumas das que o seu filho, o Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, regista nos seus livros “ab las quals lo dit Senyor fahia lo officí” que na encadernação tinham as armas portuguesas. Quanto ao Infante D. Henrique, dele escreve Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*: “E ouvimos depois a Luis de Sousa, claveiro d’ordem de Christo e seu camareiro moor e filho de Gonçallo Roiz de Sousa que, quando o dito Iffante [se] finou, lhe tirara o dito lenho da Cruz e o dera a el-Rey em Evora com o sinete e o seu livro de rezar” (o rei era D. Afonso V). Quanto ao Infante D. Fernando, o cronista refere a recitação diária do officio divino completo, segundo o que era prática dos sacerdotes, incluindo as matinas: cf. ÁLVARES, João – *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso S.or Ifante D. Fernando*. Ed., introd. e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra, Universidade, 1960.

seja o Il. 4, pois é livro de devoção e não tem estrutura de Livro de Horas: aliás, segundo refere o cronista, a rainha Dona Filipa rezava as horas (Ofício) segundo o costume de Salisbúria e tão cumpridora era que, quando não o podia fazer, ela própria procurava que à Sexta-feira alguém o fizesse por ela (ib., p. 226); admitimos que o seu exemplo terá levado o marido a imitá-la, acompanhando-se mutuamente.

10) Enfim, fosse por rotina fosse por convicção, houve entre nós quem procurasse o LH para ser instrumento de piedade e devoção; se era procurado, haveria que indagar as razões da procura, tanto mais que o LH só era acessível a algumas bolsas; hoje consideramos os exemplares que ficaram como estrelas do nosso céu: interrogamos esses códices como expressão de piedade e de cultura²⁴.

11) No entanto, como já advertimos, a rigor, o Il. 4 não é um Livro de Horas propriamente dito; na realidade trata-se de um livro de orações: começa pela Missa de Santa Maria e segue por orações em português para a missa e para outras ocasiões, em honra do Anjo da Guarda, em honra das Dores de Maria, etc., umas dispersas e outras associadas, umas compostas de versículos de salmos e de antífonas, outras individualmente dirigidas à Virgem Maria e a vários santos. Livro de orações devotas não tem a estrutura do LH nem tinha de obedecer aos requisitos dele; quanto ao calendário, podia admitir invocações fora dos “usos” aprovados; a forma de apresentação mantém a forma convencional, mas é mais simples e menos profissional a desse Livro de orações, quanto à delimitação do texto, ao recorte da letrina inicial, às regras de empaginação, ao modo de constituir versículos e indicar a resposta a eles²⁵.

5. Momentos de angústia de D. Duarte datam o LH que tem as suas armas

Ao estudo do *Livro de Horas de D. Duarte* se dedicou Mário Martins, com a sagesa de erudito que, mesmo sem formação codicológica estrita

²⁴ As motivações não são evidentes embora possam ser pressentidas pois eram mais supostas que declaradas. Apenas para compor quadro recortamos algumas referências a pessoas afeiçoadas a Livros de Horas em documentação medieval: é o caso de Afonso Eanes, em 1426, ou de João Vasques, que acompanhou Dona Isabel de Avis à Flandres, 1428. Quanto ao primeiro, sabemos que Afonso Eanes era contador régio: em carta a D. Gomes Eanes, abade de Florença, preocupa-se como os custos de execução das iluminuras no seu Livro de Horas e revela o desejo de incluir nele um santoral, mas, depois, de terminar o trabalho de iluminuras, prescindindo do trabalho de encadernação do livro: está-se em 1426-11-22 (cf. *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc. 83, pp.169-171). João Vasques, do Bombarral, por lugar de origem, serviu D. Duarte e acompanhou a princesa Dona Isabel à Flandres, para o casamento com o Duque da Borgonha.

²⁵ Não nos detemos a acentuar contrastes: cada um, a seu modo, é livro de devoção, um menos formal e outro mais estruturado segundo um padrão aceite, ainda que não imutável e com sequência obrigatória; um, livre na progressão dos elementos acumulados, outro integrado em padrão comum. Entenda que o Livro de Horas era um instrumento difundido entre os leigos como meio de seguir de perto o Ofício celebrado nos claustros, onde monges e cónegos entoavam os louvores divinos.



(porque é anterior a ela), sabia entender o que observava²⁶: esquadrinhou as mais diversas orações que o compõem e só lhe terá escapado a situação concreta que enquadraria o livro²⁷. Outros desenvolveram sobretudo perspectivas iconográficas²⁸. Pretendemos aqui regressar à lição retirada dos textos para os entendermos na situação a que se reportavam²⁹. De base comprovada deduz-se que o proprietário primitivo foi D. Duarte, ainda Infante. Falantes são dois dados imediatamente patententes: 1) a inicial D (eus), capital habitada com o escudo de Avis e com o lambel ou banco de pinchar de príncipe; 2) a declaração, em baixo do fólio, de que o livro é *illustrissimi Principis Eduardi Joannis Portugalie et Algarbii regis serenissimi Cepteque domini filii primogeniti*³⁰.

²⁶ MARTINS, Mário – *Livros de horas*. Art. cit., pp. 406-423; IDEM – *Um livro de horas da Rainha Santa?*. Art. cit., pp. 439-445: a pergunta é legítima e o ilustre conhecedor de cultura medieval conclui pela negativa: IDEM – *Estudos de cultura medieval*. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

²⁷ São múltiplos os contributos que devemos a Mário Martins: não se esqueça das “Horas de Confissão de D. Pedro, o de Alfarrobeira”, desfaz identidades e confusões entre Breviários e Livros de Horas em que caíram homens de cultura, como Reynaldo dos Santos; tem em conta casos como os de Santa Isabel de Portugal (*Crónica de D. Dinis*), relativamente a quem desfaz equívocos de informação; aponta que Dona Filipa de Lencastre rezava o Salterio, segundo o costume de Salisbúria (como refere Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, tomo 2, p. 226, “às sextas-feiras”), nem do Infante D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo (Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 41), não deixa de apontar o Infante Santo (acompanhado por Fr. João Álvares, seu confessor) ou a rainha Dona Leonor; lembra também outros casos como o que recolhe das *Cantigas de Santa Maria* por Afonso X (nº 55, 87); traz a juízo memórias como a de D. João Estevéns, bispo do Porto, em 1392; percorre outros casos segundo cotas de arquivo: ANTT, armário dos tratados, nº 9, CF, estante nº3, P7; Évora, BPM, cod. CXXIX /2-10; BNP, Lisboa, FG, ms. 3069; Alc. 85.

²⁸ Entre os nomes mais sonantes são de citar Reynaldo dos Santos, E. Panofsky, Maurits Smeyers, referidos por LEMOS, Ana – *Um novo olhar sobre o Livro de Horas de D. Duarte*. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (ed.) – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Univ. Nova, IEM – CLEGH, 2014, pp. 211-240; esta investigadora, aliás, condensa e ajusta as reflexões que recolhe, sem analisar por conta própria.

²⁹ No caso concreto do Livro de Horas de D. Duarte, por certo, o estado de conservação do códice exige cuidados, mas tem sido maior o respeito por uma “reliquia” recebida e falta identificar o estado primitivo e responder por uma análise consiste de dados; efetivamente, os fólhos foram materialmente marcados com números de rotulador e com carimbos de arquivo, sem previamente garantir a idoneidade da sequência codicológica. Pela nossa parte, não ousámos contrariar o que encontramos e não tivemos ensejo para constituir um “mono” que nos permitisse simular a ordenação primitiva, como seria de regra, perante uma encadernação fragilizada. Aceite-se agora o que acentuamos quanto a intervenção que consideramos devida a D. Duarte, legítimo proprietário. Porém, não se tome isso como autógrafa o resultado que admiramos, pois existem indicações de que ele, D. Duarte, tinha escrituras ao seu serviço, como era Vicente Domingues, vassallo que foi depois de el-rei que D. Afonso V e este aposentou a 25 de Janeiro de 1446 (cf. VITERBO, Sousa – *A livraria real, especialmente no reinado de D. Manuel I*. In *Mem. Acad. Ciências*, 2ª clas., tom. 9, fasc. 1) e como era João Gonçalves, escrivão da pureza do mesmo D. Duarte, que escreveu parte da *Vita Christi*, que depois passou para o scriptorium de Alcobaca, levado por Dom Estêvão de Aguiar, em tempo do governo do Infante D. Pedro, a quem continuou a servir.

³⁰ Este registo acompanha no fundo do fólio o escudo do príncipe, que está dentro da letrina inicial: não se leia, porém, o genitivo de posse como dativo de oferta, pois seria traír os dados patententes.

Ao encontro desses dados têm-se repetido hipóteses que importa verificar:

1) partindo da origem flamenga de alguns dados, acentuou-se que o Livro teria sido oferecido por Dona Isabel de Avis (irmã de D. Duarte), depois de ter chegado à Flandres, por casamento com Filipe o Bom, em 1429;

2) em alternativa, sugeriu-se que o LH teria chegado em data anterior, como oferta do próprio Duque da Borgonha, em 1428, quando enviou os seus embaixadores a contratar casamento com aquela princesa;

3) em contraponto, na tentativa de evitar factos menos coerentes, imaginou-se que teria sido o Infante D. Pedro (o das Sete partidas) quem, tendo andado pelo estrangeiro, no ano em que regressava a Lisboa para tomar parte nas festas do casamento do irmão, D. Duarte, teria tomado a iniciativa de se adiantar e oferecer-lhe o LH³¹.

A multiplicação das hipóteses comprova a insegurança de qualquer uma delas: mantém-se apenas o facto de que D. Duarte era ainda príncipe quando era já possuidor do LH. Há que estreitar o tempo e sobretudo encontrar no próprio livro disposições que nos aproximem dos factos.

1) Quanto à hipótese de ser o Infante D. Pedro (ausente do reino, por três anos, desde 1424³²) quem teria oferecido o exemplar em 1427, há que contrapor várias circunstâncias: se isso tivesse acontecido, esperaríamos que houvesse declaração do gesto em momento tão solene como o do casamento do irmão; tinha D. Pedro relações directas com o irmão, como depreendemos pela carta de Bruges (aliás “Carta que o Jfante dom Pedro emujou a elrey de Bruxas”)³³, a expender reflexões acerca da vida intelectual e cultural que seu irmão devia programar já que partilhava com o pai responsabilidade de governação; ora, nada consta que D. Pedro tivesse feito reflexões bibliográficas; se do elenco da biblioteca de D. Duarte constam livros que têm sido postos na conta do

³¹ Temos reticências a levantar às propostas: só a análise deveria demonstrar ou infirmar traços de solidariedade material ou escrita, convergentes ou divergentes num todo bem definido. Mais adiante, analisaremos as orações que D. Duarte dirige a S. Sebastião e a S. Jorge: respeite-se, porém, a formalidade do texto e não se ajuste o latim a concepção moderna. Algumas reservas nos merecem as considerações feitas por CUSTÓDIO, Delmira M. R. M. S. Espada – *Relações artísticas entre Portugal e Flandres através dos Livros de Horas conservados em instituições portuguesas*. Lisboa, Universidade Nova, 2017. Tese de Doutoramento. Seguidamente, apontaremos outros dados de situação.

³² A ausência para estrangeiro por parte do Infante D. Pedro sempre foi um enigma para historiadores e usada como deriva fácil para fantasias novelescas; que tivesse sido em expiação por um homicídio de um *miles* deixa cair sobre ele uma mancha que não tem sido comentada ou se tem evitado fazer. Ora, não há que esconder o que está numa reacção à passagem do príncipe por corte estrangeira; cf. RATISBONENSIS, Andreas – *Diarium Sexennale*. Vol. I, p. 27, ed. A. F. Oeefe, in *Rerum Boicarum Scriptores*, Augustae Vindelicorum, 1763: “Dicebatur, quod dictus Petrus filius Regis Portugalie quendam militem occiderit. Ob hoc pater suus volens in eum proferre sententiam intercessionem procerum fuit liberatus et tali pene subiectus, quod tribus annis terras alienas peragraret, quibus transactis in terram propriam posset redire”.

³³ “Carta que o Jfante dom pedro emujou a el rey de Bruxas”. In *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte. Livro da Cartuxa* (ed. J. Alves Dias). Lisboa: Estampa, 1982, pp. 27-39.

irmão, por parecer fácil encontrar explicação para a recolha por ele, apenas ficar despertos para outra hipótese³⁴.

2) Menos consta ainda relativamente ao relacionamento dos embaixadores com D. Duarte quando vêm tratar do casamento do Duque da Borgonha com Dona Isabel de Avis³⁵; em concreto, não parece que as circunstâncias fossem adequadas para isso: efectivamente, os embaixadores, que chegaram a Lisboa, foram encaminhados para Avis, onde o rei se refugiara por motivo de peste e onde esperava a noiva de D. Duarte, filha do rei de Aragão, Dona Leonor. Segundo consta, esta princesa de Aragão tinha estado nas intenções directas de Filipe da Borgonha para casamento, mas, segundo se pode ler em relato contemporâneo, o atraso dos embaixadores do Duque tinham levado o rei de Aragão, Alfonso V, a decidir o casamento com o Príncipe português: disso o rei pede desculpa ao Duque da Borgonha, alegando atraso dos seus embaixadores e impaciência da noiva³⁶; nessas circunstâncias, havendo informação do que se está a passar, não era de admitir que houvesse oferta de livro em momento em que o Duque da Borgonha mandava pedir o retrato de Dona Isabel de Avis para tratar do pedido de casamento: a princesa, obviamente, devia ser pedida ao pai e não ao irmão (que estava a receber a mão da princesa de Aragão)³⁷.

³⁴ A irmos pela intermediação de D. Pedro, esperaríamos que ele se tivesse interessado por LH em circunstâncias como as que se documentam para outros seus acompanhantes quando passam por Florença, como aconteceu com Afonso Eanes, referido atrás. Quanto a exemplares de livros que fizeram parte da biblioteca de D. Duarte, não há dados que comprovem terem alguns pertencido ao Infante D. Pedro antes de passarem para o irmão.

³⁵ O casamento de D. Duarte tinha ocorrido antes do de Dona Isabel, como era previsível para o primogénito real: cf. “Contrato de casamento do rei D. Duarte, sendo infante, com a Infanta D. Leonor de Aragão, aprovado, ratificado e confirmado pelo rei D. João I. 1428-11-04 / 1428-12-02”. Lisboa, ANTT, Gav. 17, mc. 7, n.º 19.

³⁶ Cf. *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 81, pp.164-165: “Preuijs vestris ambassiatoribus, pro longa mora detentis, accrescente cothidie inclite infantisse, nostre germane dilectissime, etate jllamque iam maritali iugo porrigi exposcente, cum illustri principe Odoardo, primogenito et futuro rege regni Portugalie, de ea paucis antehac diebus coniugium tractauimus atque fecimus, quod huiusmodi contextum vestre illustri magnificentie notum deducimus, vt exinde sitis plenarie aduisatus”.

³⁷ O rei português D. João I correspondia-se com o duque da Borgonha: conhece-se, aliás, um presente de quatro cavalos enviados ao duque por D. João I, em 1423 (desde que o duque ficou viúvo da segunda esposa, também o rei português se interessou por saber quem viria a ser a sua pretendida e é nesse âmbito que passa a entrar em consideração a princesa portuguesa, Dona Isabel). Os embaixadores de Filipe da Borgonha chegaram antes do Natal de 1428, quando o rei D. João I se encontrava em Extremoz a fim de esperar Dona Leonor de Aragão que vinha celebrar casamento com D. Duarte; os flamengos, chegados a Lisboa, foram encaminhados para o Alentejo, trazendo com eles o pintor Jan van Eyck, encarregado de pintar o retrato de Isabel; foram recebidos no castelo de Avis, em 1428; para executar o retrato, o pintor se demorou nove meses; o casamento de Dona Isabel de Avis / Portugal foi decidido, após a aceitação do Duque borgonhês e foi realizado por procuração em Lisboa, a 29 de Julho de 1429; a noiva partiu para Bruges (Écluse), onde chegou a 6 de Dezembro: o casamento foi ratificado a 10 de Janeiro de 1430. Conclui-se, pois, que o casamento de D. Isabel é posterior ao de D. Duarte (cujo contrato de casamento tem a data de 16-2-1428, mas veio a ser realizado em vésperas de Natal anterior). Revisando os factos importa situar os acontecimentos: 1) à hora da morte, Dona Filipa de Lencastre, ao ser-lhe recordado por Beatriz Gonçalves de Moura, sua aia, que esta tinha uma filha e devia ser encomendada ao herdeiro, ela lhe respondeu que o irmão sabia assumir as responsabilidades perante a sua irmã Isabel. 2) A recomendação de Dona Filipa quanto ao casamento atrasou-se: o duque da Borgonha apareceu tarde, pois andava perdido em aventuras (nada menos que 24 amantes conhecidas e 3 casamentos, incluindo o de Isabel de Avis) e procurou uma esposa em terras mais

3) A supor que a oferta tivesse passado pelas mãos de Dona Isabel de Lencastre, as relações entre irmãos situá-los-iam a nível familiar e permitiriam a cordialidade de quem encontrara na Flandres algo que à princesa despertara atenção e considerara oferta que agradaria ao irmão. No entanto, seria estranho que nada estivesse declarado a esse respeito. Facto é que vem de antes a posse do LH por parte de D. Duarte. Examinemos os dados e detenhamo-nos sobretudo em algumas circunstâncias que retiramos do exame das orações:

1) Há elementos que se relacionam com o próprio D. Duarte: assim, a referência a Santo Eduardo que é o patronímico do Príncipe³⁸; assim também os sufrágios por alma dos pais: no entanto, quanto a estes, há que situar a morte da mãe, Dona Filipa de Lencastre, que é de 1415, enquanto a morte do pai, D. João I, é de 1433; neste distanciamento precisamos de elementos mais específicos que delimitem tempo aceitável; também não parece pertinente a estampa de Santa Catarina (fl.14v), que costuma relacionar-se com o baptizado da Infanta, filha de D. Duarte: trata-se de elemento tardio que é susceptível até de ser interpretado como devido a uso da própria princesa, que eventualmente se tivesse servido do LH deixado pelo pai³⁹.

Circunstâncias mais concretas havemos de deduzir da leitura de algumas preces que consta do LH.

2) Tomemos a oração dirigida a S. Sebastião, pois se destina a pedir protecção contra “fome, peste, doença, granizo, raiva, tempestade, enfermidade de todo o corpo e da alma”⁴⁰: motivação encontramos-la pelo menos quanto à situação de peste, pois sabemos que o Infante foi constringido a tomar medidas contra a

próximas, incluindo o reino de Aragão, mas sem sucesso. 3) O príncipe herdeiro, D. Duarte, jura pela memória da mãe que respeitará os direitos da irmã, mas não a forçou a escolhas. 4) O rei D. João I, por motivos de peste, deslocara-se para Avis e para aí se dirigiram os embaixadores a entabular negociações e a receber a promessa de aceitação de desponsórios em Estremoz. 5) O quadro com o retrato, que se perdeu e hoje se conhece apenas por cópia, tinha a acompanhá-lo a inscrição, em francês: “L’INFANTE DAME ISABIEL – C’est la pourtraiture qui fu envoié à Ph[ilippe] duc de bourgoigne et de brabant de dame Ysabel fille de Roy Jehan de portugal et d’algarbe seigneur de Septe (Ceuta) par luy conquise qui fu depuis fem[m]e et espeuse du desus dit duc ph[ilippe]”.
³⁸ No LH de D. Duarte: Comemoração de Santa Cruz e de Santo Eduardo (fl.1); Oração a São Sebastião e Oração a São Jorge (fl.1v); Sufrágios por alma do pai e da mãe de D. Duarte (fl.50v). Quanto a Santo Eduardo, tenha-se em conta o texto de Mathew Paris (m. 1259), *La Estoire de Seint Aedward le Rei*, redigido em anglo-normando (*A Vida do Rei Santo Eduardo*, ms Cambridge, BU): a S.to Eduardo dedicou algumas orações: cf. GOUTTEBROZE, Jean-Guy – *Structure et sens des textes de prières contenues dans la Estoire de seint Aedward le rei*. In *La prière au Moyen Âge*, Presses Universitaires de Provence, 1981, pp. 299-314.

³⁹ A Infanta Dona Catarina, filha de D. Duarte e de sua mulher, Dona Leonor de Aragão, nasceu em Lisboa a 25 / 26 de Novembro de 1436 e faleceu na mesma cidade a 17 de Junho de 1463; é plausível a hipótese de a estampa de Santa Catarina ter sido inserida no Livro de Horas no Livro de Horas de seu pai, à distância de dois anos da morte do rei. Quando faltou o pai, cuidou da sua educação o tio, D. Pedro e este entregou-a aos cuidados dos arcebispos de Lisboa, D. Afonso Nogueira, primeiro, e D. Jorge da Costa, depois. Quanto à estampa, é de perguntar se a inclusão da iluminura tem marcas falantes: também nisto será necessária análise material da inclusão dessa estampa, solidariedade material e ajustamento de situação.

⁴⁰ ANTT, CF 140 / liv. 65: “fame, peste, morbo, grandula, rabie, tempestate, infirmitate tocius corporis et anime”.

passividade de outros em momentos nos quais a cidade de Lisboa se defrontou justamente com a calamidade da peste⁴¹.

3) Mais marcada, porém, é a oração dirigida a S. Jorge: tal é a veemência que D. Duarte colocou nas suas palavras para referir uma situação humana com que se defrontou que a havemos de tomar como determinante e decisiva. Atendase ao texto, que vertemos para português, na sequência de Mário Martins, mas por ele não integrada em contexto de origem; escapou à sua análise o reconhecimento das circunstâncias que circunscrevem melhor o estado de alma do Príncipe: a ele advertimos nós, pela primeira vez, porque alertados por outros factores que envolvem a presença de Alfonso de Cartagena na embaixada que veio negociar o tratado de paz.

Rezava o Príncipe:

*Cavaleiro glorioso de Cristo,
louvor, esperança, patrono de Portugal:
dobra os corações da gente de cerviz dura,
quando contrários;
faz que ao discordarem sejam afáveis,
que se prestem à concórdia
e não entre em clamor todo um povo,
que foi comprado pelo sangue de Cristo*⁴².

Examinemos o que podemos reconhecer como dados de situação, pois o patrono de Portugal é invocado contra uma ofensa que o príncipe deve remover e para a qual invoca concretamente a protecção celestial:

a) Os termos devem reportar-nos seguramente ao momento em que D. Duarte se vê confrontado com negociadores castelhanos que, tendo vindo para

⁴¹ Conhecem-se pelo menos dois documentos de Maio e Junho, de ano indeterminado, em que o Infante D. Duarte, associado ao governo de seu pai desde 1421, determina que seja observado um período de quarentena ao largo de Lisboa por navios suspeitos de trazerem tripulantes empestados e censura o concelho de Lisboa por ter permitido que um navio inglês aportasse com tripulantes atingidos pela doença que originaram um surto de peste na cidade e propõe medidas sanitárias para a combater: AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos*, doc. 331 (data incerta: 1421-1433, Maio, 3, Santarém). Outro tanto determina em Julho, 10, Santarém: /CMLSB/ADMG-E/09/333 ARQUIVO HISTÓRICO, *Livro dos Pregos*, doc. 333. O Príncipe devia, aliás, lembrar que sua mãe, a rainha Dona Filipa de Lencastre, falecera vítima de peste, em 1415, e que seu pai, D. João I, prestes a partir para a viagem a Ceuta, estava fora de Lisboa, por motivo de peste na cidade, e por essa mesma razão os Infantes D. João e D. Fernando tinham sido impedidos de se aproximarem da mãe no leito de morte.

⁴² ANTT, CF 140 / liv. 65: "Miles Christi gloriose, / laus, spes, tutor Portugalie, / fle[c]te gentis ceruicose / dum corda contrarie / fac discordes graciosè / reduci concordie / ne sternatur plebs clamose / empta Christi sanguine". Repare-se nas rimas, recurso que era resultante de elaboração poética: não presumimos que a formulação rimada fosse do próprio D. Duarte, mas foi certamente aceite por ele.

acertarem um tratado definitivo de paz, se mostram sobranceiros e intratáveis⁴³: surpreendido com tal atitude, o Príncipe sente-se obrigado a invocar o santo patrono para que o salve do embaraço em que se encontra: a angústia passe a escrito e serve-nos agora de documento.

b) Era um facto: os embaixadores castelhanos traziam à sua frente o jurista Alfonso de Cartagena⁴⁴.

c) Foram quatro as vezes em que o deão de Santiago esteve em Portugal acompanhado pelo secretário de Juan II de Castela, o doutor Juan Alfonso de Zamora: a primeira vez, entre Outubro ou Dezembro de 1421 e Dezembro de 1422; a segunda, em 1423, de Janeiro a Abril; a terceira, em Dezembro de 1424 até Abril de 1425; finalmente, pela quarta vez, em 1427, entre Setembro e Dezembro. A paz definitiva só seria assinada pelo Tratado de Medina del Campo, em 30 de Outubro de 1431⁴⁵.

⁴³ Como diremos, apoiados em análise já elaborada por outros, a embaixada castelhana pretende garantir o apoio de Portugal na ofensiva que Castela pretende manter contra Granada e que o rei português não pode assumir, pois isso punha em causa a presença em Ceuta e as acções que estão em curso na ocupação das Ilhas atlânticas.

⁴⁴ Grande erudito, Alfonso de Cartagena, no período em que esteve em Portugal, conviveu com D. Duarte, que o trata como deão de Santiago (funções que tinha, de facto, desde 1415): diplomaticamente, era homem inflexível, mas, em privado, as relações tornaram-se frutuosas para ambos os lados e o jurisconsulto que era Cartagena cedeu o lugar a negociações culturais com o príncipe: em Lisboa, o Príncipe solicitou-lhe o *Memoriale virtutum* e ele não recusou escrevê-lo, pois ficara edificado com o seu interlocutor e pudera testemunhar que ele era exemplo de virtudes, tanto teológicas como cardiais e apenas lhe faltava uma exposição que as formulasse em língua romance; aí começa a vida literária de Alfonso: cf. *La traducción castellana del Memoriale virtutum de Alfonso de Cartagena* (ed. Mar Campos Souto). Burgos: Instituto Municipal de Cultura, Ayuntamiento, 2004 (a partir de cópia póstuma que o editor coloca entre 1474-96); melhor outra edição: CARTAGENA, Alfonso de – *Memoriale virtutum* (ed. Jeremy N. H. Lawrance e María Morrás). Leiden: Brill, 2019 (ed. sobre versão de 1422): a obra é apresentada pelo autor como “primogenita scripturarum mearum”; noutro plano, em anos posteriores, D. Duarte solicitou também a Cartagena a tradução do *De inuentione* de Cícero, depois de terem trocado reflexões sobre o modo de traduzir; seguidamente, terá havido lugar para a tradução do *De senectute* (datado de 1422, em Montemor-o-Novo, 10 de Janeiro) e do *De officiis* de Cícero (primavera de 1422); por outro caminho terá o Infante D. Pedro, tentando ler esse último texto ciceroniano sob orientação de Frei João Verba, quando D. Duarte pedia o tratado de retórica a Cartagena: cf. NASCIMENTO, Aires A. – *Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena*. In *Actas - II Congreso Hispánico de Latín Medieval (León, 11-14 Noviembre de 1997)*. León, 1998, vol. I, pp. 133-156; MORRÁS, María – *Sic et non: en torno a Alfonso de Cartagena y los studia humanitatis*. «Euphrosyne», 23 (1995), pp. 333-346; VALERO MORENO, Juan Miguel – *Alfonso de Cartagena intérprete de Séneca, sobre la clemencia: el presente del pasado*. «Atalaya» [En ligne], 16 | 2016, mis en ligne le 13 juillet 2017, consulta em 09 Março 2021. URL : <http://journals.openedition.org/atalaya/1883>. Consideram outros que os denominados “Cinco livros de Séneca”, que compreendem a “De providentia, De vita beata, De artibus liberalibus, De admonitionibus, De clementia”, foram traduzidos por encomenda de Juan II e se tornaram tratados de leitura frequente por parte dos nobres castelhanos da época, quer em actos de leitura colectiva na corte quer reflexões feitas em privado sobre exemplares tomados a partir da tradução primitiva. A embaixada a Lisboa foi culturalmente muito frutífera, apesar das negociações políticas difíceis.

⁴⁵ Para nos reportarmos à situação vivida em Portugal, permitimo-nos remeter para MORENO, Humberto Baquero – *Balanzo de um século no Portugal anterior ao encontro do Brasil*. «Arquipélago» – História, 2ª série, 5 (2001), pp. 545-560. Efectivamente, “a paz entre Portugal e Castela foi assinada em Ayllon no dia 31 de Outubro de 1411; a sua validade manter-se-ia até quando João II de Castela, que era menor, alcançasse a maioridade; nascido o monarca em 1405, de acordo com as leis de Castela, seria apenas em 1420, quando cumprisse quinze anos, que alcançaria esse estatuto”. As coisas prolongaram-se até à data referida acima, em boa parte devido à questão de Granada, para a qual o rei de Castela pretendia garantir apoio por parte do rei de Portugal e este

d) Sabe-se que Alfonso de Cartagena era intelectualmente brilhante, mas de temperamento difícil e intransigente; o Príncipe terá hesitado na reacção, mas foi hábil em captar a simpatia do castelhano e não deixou de registar o incómodo que lhe causavam as atitudes de Cartagena.

e) Apesar de contraditores, príncipe e deão da catedral aproximaram-se; os dois tornaram-se amigos, à medida que partilhavam reflexões e que os interesses culturais se revelavam, com ganhos mútuos: o primeiro a ganhar terreno foi o Príncipe frente ao embaixador castelhano; este (“orator”) sentiu que tudo tinha a ganhar na abertura a uma personalidade que se lhe revelava culta e virtuosa que lhe dava ensejo de saber em Lisboa notícias que circulavam por mais longe⁴⁶.

f) Relendo a oração a S. Jorge, a essa luz, entendemos que ela foi escrita em momentos de tensão, possivelmente logo no início das conversações: o Leão de Castela entra de rompante, certamente porque convencido de que pode dominar a situação: estaríamos assim por 1422 e teria sido nessa data que D. Duarte registou a oração no LH.

g) Entretanto, D. Duarte abre a sua biblioteca a Cartagena e este toma conhecimento de livros e textos doutrinários que despertam o seu interesse: o deão, vergado perante a nobreza e a generosidade do Príncipe, concordou em colaborar com ele, embora mantendo intransigência política em aspectos jurídicos; essa intransigência, aliás, prolongou-se para o concílio de Basileia, onde o juriconsulto se ocupou do domínio das Canárias, assunto sensível para Portugal⁴⁷.

orientava para Ceuta as forças que conseguira reunir, canalizando-as depois para a empresa dos Descobrimentos nas Ilhas Atlânticas, questão que não agradava a Castela, pelo que houve embates na Grã-Canária.

⁴⁶ Comprova-se hoje que, em 1422, já Alonso de Cartagena iniciara a tradução de algumas obras de Cícero (*De officiis*, *De senectute*, *De amicitia*), pedidas por Juan Alfonso de Zamora, a rogo do rei castelhano Juan II, Trastámara (1405-1454). No final de 1421, terá escrito um *De concordia pacis* (que não se conservou). A pedido de D. Duarte, como assinalámos, traduziria o *De inventione* de Cícero e para o mesmo escreveria o *Memoriale virtutum*, esta “primogenita scripturarum mearum”, como acentuámos atrás. Maior eco tiveram, depois, as polémicas que sustentou com o humanista Leonardo Bruni de Arezzo (Aretino) sobre a tradução latina da *Ética* de Aristóteles em defesa da antiga tradução de Roberto Grossatesta, entrando então em conflito com Bruni, Poggio, Dezembro (entre outros), e, nesse contexto, escreveu *Declinationes super translationem Ethicorum* (c. 1432); não é de menor importância saber-se que Cartagena conheceu a obra de Aristóteles na sua embaixada a Lisboa, em 1426, por ter ouvido falar dela a um juriconsulto português, Vasco Rodrigues, então regressado de Bolonha e em trânsito para Braga (possivelmente o mesmo que foi chantre bracarense em 1431), a quem teria ouvido falar de um manuscrito precioso de Aulo Gélío na biblioteca da Alcobaça. Entretanto, entregara-se também a traduzir o *De clementia* de Séneca e outros textos clássicos. Cf. M. SALAZAR, Abdón – *El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la corte de Portugal entre medievo y renacimiento (1421-1431)*. In DEYERMOND, A. D. (ed.) – *Medieval hispanic studies presented to Rita Hamilton*. Londres: Tamesis Books, 1976, pp. 215-226; CARTAGENA, Alonso de – *Libros de Tulio: De Senectute, De los Oficios* (ed., prolog., notas de María Morrás). Alcalá de Henares: Universidad, 1996; LAWRENCE, Jeremy N. H. – *Humanism in the Iberian Peninsula*. In GOODMAN, Anthony; MACKAY, Angus (ed.) – *The impact of Humanism in Western Europe*. London: Longman, 1989, pp. 220-258.

⁴⁷ Cf. COSTA, António Sousa – *Alfonsi de Sancta Maria, episcopi Burgensis, allegationes super conquesta insularum Canariae*. In *Monumenta Henricina*, VI, 1964, pp. 139-199.

4) Concluímos daí também que o príncipe está de posse do seu LH em tempo anterior às conversações com os embaixadores castelhanos: ou seja, em 1422 está D. Duarte a servir-se dele para ali deixar uma das suas orações dirigida à protecção de S. Jorge⁴⁸.

Em conclusão, ficamos com um dado irrefutável: D. Duarte está de posse do seu LH em momento anterior à chegada dos embaixadores castelhanos e permitiu-se utilizar o seu exemplar como instrumento para lançar nele confidências que marcam tempos. Registamos que o LH era de facto um livro vivo onde eram lançados gritos de alma: assim o devemos interpretar.

6. O LH do Príncipe perfeito: do livro ao “Homem”

Aos poucos, alargou-se-nos, entretanto, a lista dos LH hoje conhecidos que passaram por individualidades portuguesas (singulares ou colectivas): 78 exemplares (documentados ou em referências) têm sido apresentados em registo e outros se poderão eventualmente vir a acrescentar⁴⁹. Neste contexto, ganha relevo o aparecimento recente de um LH, esquecido no tempo, mas guardado em colecção particular de um alfarrabista, depois de ter passado por gente de devoção. Está datado de 1483 e tem indicações de ter pertencido ao rei D. João II, depois de nele ter intervindo gente da sua corte.

A sua elaboração foi acompanhada por um homem de ciência cosmográfica,

⁴⁸ Em nota complementar, acentue-se que, entretanto, Alfonso de Cartagena foi nomeado bispo de Burgos e voltaria a ocupar-se de questões portuguesas no Concílio de Basileia, onde se bateria pelo direito de Castela às Canárias, mas onde ouviria da parte dos representantes portugueses, D. Antão Martins, bispo do Porto, a proposta do Infante D. Henrique como candidato ao Papado; cf. PRADO, André do – *Horologium Fidei - Diálogo com o Infante D. Henrique* (ed., tradução e notas de Aires A. Nascimento). Lisboa: IN-CM, 1994.

⁴⁹ Importa acrescentar o conjunto de 9 LH manuscritos, do século XV, que pertenceram à Casa do Infante (criada por D. João IV, em 1654) e passaram ao Brasil quando a Coroa para ali se deslocou, em 1807: cf. FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (org.) – *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: FBN, 2016: de particular importância é a análise feita por François Avril, que identifica as atribuições a fazer aos iluminadores, aos quais identifica na sua origem flamenga, alguns, e outros na sua origem francesa, a maior parte (ib., pp. 13-20), 4 denunciados por calendário de uso francês (mss. 50,1,010; 50,1,016; 50,1,019; 50,1,022 e 50,1,023). Retenha-se, como já referimos, que, como lemos em CASORRÁN BERGES, Ester; LAFUENTE ROSALES, Carlos María; NAYA FRANCO, Carolina – *El Libro de Horas del II conde de Lemos en el Tesoro del Pilar, tradicionalmente conocido como de Santa Isabel de Portugal*. «Ars & Renovatio», 5 (2017), pp. 3-39, “las “horicas guarnecidas” habían convivido con otra tipología de libritos, los “libritos-relicario”, expandiendo su morfología hacia las joyas pinjantes denominadas como “capricho” o reproducciones en metal de las formas de objetos cotidianos en miniatura”. Em VITERBO, Sousa – loc. cit., colhemos referências a outros manuscritos guardados na Biblioteca Real: no tempo de D. Manuel I, “huñ liuro de rezar que tem Álvaro da Costa...”, “cem liuros de oras de nosa senhora grandes em linguagem encadernados de tauaos, meos cobertos de coiro”. Era tempo da chegada da imprensa e por isso se multiplicaram os livros de oração em novo formato e tão fácil era obter exemplares que a rainha os enviou à “molher do Preste” um “lyvro de purgaminho de letra de mão enluminado todo de imagens e cuberto o dito lyvro de bocado de pello pardo rico forrado de cetym carmesym cõ hũ registo douro douro fyado e aquayrelado cõ hũa traça douro e com quatro enxarrafos de prata e ouro e duas brochas de prata de fylagrana douradas em que stã en cadhũ deles dous lobos por armas”.

Diego Ortiz de Villegas, ao menos no desenho do seu calendário e na conjugação dos adereços complementares. Não-de apurar-se os traços de solidariedade material e a forma da escrita no manuscrito como recurso para julgar dos modos de trabalho e para apreciar a unidade e sequência do todo: aos elementos de base (os cadernos com o respectivo texto) vieram juntar-se dados iconográficos (iluminuras) que terão sido encomendados a scriptorium de qualidade e depois montados em carcelas⁵⁰.

*

Sendo livro de oração do rei, presume-se que se deverão deprender nele traços de qualidades devocionais de D. João II. Os historiadores têm-se debruçado sobre as suas qualidades de governação: aberto sobre o mar, esteve também atento a ameaças que havia que prevenir, fosse em África⁵¹, fosse no reino, em resposta a tensões incertas vindas de reacções familiares⁵².

É, de facto, de apreciar a sua personalidade de homem astuto para gerir assuntos de governo, empreendedor e atento para não ser surpreendido⁵³: os seus contemporâneos reviam-se certamente nos juízos que Vasco Fernandes de Lucena levou à Europa e expôs, em 1485, em *Oração de obediência* de D. João II ao Papa Inocêncio VIII⁵⁴: traçou-lhe ele um retrato que não deve ser

⁵⁰ A edição e estudo encontram-se em processo no qual participamos.

⁵¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima – *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII)*, «História e Património», vol. 7, Lisboa, CHAM / Lab2pt, 2019, pp. 77-106.

⁵² Tão temido como respeitado pela nobreza do país, a quem se impôs para evitar veleidades e imprevistos, teve boas relações com outros reis, principalmente com os reis de Espanha, a ponto de aprazar casamento dos príncipes (de seu filho D. Afonso com a filha deles, em concorrência com o filho do imperador dos romanos, Maximiliano); ganhou o respeito de homens de ciência pelos empreendimentos que dirigiu e atraiu as atenções de humanistas, como Ângelo Policiano, numa carta enviada a D. João II em 1491, ofereceu-se para lhe celebrar as gestas: cf. BRANCO, Manuel Bernardes – *Portugal e os Estrangeiros*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1879, pp. 415-417 (a tradução da carta para latim é de Teófilo Braga); sem que houvesse referência, a comunicação do florentino confirmava o interesse que chegara aos homens do Renascimento: já antes, em carta ao Infante D. Henrique, Poggio Bracciolini sublinhara serem dignos de celebração os descobrimentos levados a cabo pelos portugueses; D. João II prometeu enviar crónica ao humanista para que ele a trabalhasse para latim, mas essa crónica não terá sido feita a tempo e o rei deixou que a sua fama corresse a cargo dos jovens alunos, filhos do chanceler João Teixeira, que transmitiam as informações mais convenientes que o rei lhes comunicava; os serviços oferecidos por Policiano tinham um concorrente em Cataldo Sículo, que chegara em 1485, contratado pelo rei para educador de D. Jorge, seu filho bastardo. Do tema se ocupou a seu tempo por RAMALHO, Américo da Costa (*Cataldo e André de Resende*. Actas do Congresso Internacional do Humanismo Português, Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 2002), e dele se ocupou também FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. S.l.: Círculo de Leitores, [2005].

⁵³ Manteve a acção militar em África e alargou a acção africana, com presença em Benim (ainda que com surpresas, como comprovou o caso de Bermohi, que teve final trágico); com os resultados colhidos (recolha da pimenta), criou e desenvolveu a feitoria na Flandres, tendo com isso mediado conflitos entre o imperador Maximiliano, preso em Bruges, e o rei de França, em 1488; avançou no reconhecimento da costa africana e preparou a acção da viagem à Índia.

⁵⁴ O Papa Inocêncio VIII, que tomou posse em 1484, teve vários momentos no seu curto pontificado: instituiu o tribunal da Inquisição contra a bruxaria, aprova a actuação da Inquisição espanhola contra os marranos, mas permite apelo para o bispo de Sevilha, concede aos reis católicos de Espanha a possibilidade de nomearem sucessor de Tomas Torquemada, Inquisidor-mor, em 1486, condena 400 proposições de Pico della Mirandola, considerando-as heréticas, pretende congregar as nações católicas contra os turcos, mas não consegue fazê-lo, e, a

interpretado como simples elogio retórico, pois, se de elogio se trata, assenta em factos reais que historicamente podem ser comprovados e cuja versão o próprio rei certamente terá conhecido, já que se tratava de representação protocolar e por isso preparada de antemão na corte de Lisboa.

Frente ao Papa e aos Cardeais da Cúria, em passo de “praeteritio” ou “apophasis” – também dita *parasiopesis* (παρασιώπησις), como quem não quer demorar mas também não deve esquecer, declara Lucena: “Passo à frente, deliberadamente, os muitos e admiráveis dotes de espírito, nunca suficientemente exalçados, e os de corpo – ascendência ilustre, figura insigne, grandeza de alma, liberalidade, vida sem falha, moderação extrema, lealdade, constância; na acção militar, denodo, em tudo prudência; para com Deus espírito de religião; para o reino e para os súbditos, sentido de dedicação / piedade; omito louvores à sua coragem e à sua acção; passo à frente considerações relativas à sua fama e às suas vitórias; passo adiante [notícias] propaladas quanto a estratégias, avisamento, prudência, fortaleza de ânimo: por assentimento divino, esquiva-se às ciladas de dois duques, castiga os inimigos”⁵⁵.

Como processo retórico de *praeteritio*, ao declarar que passa adiante, o discurso acentua quando diz estar a esconder conteúdos: estes, certamente conhecidos por quem os ouvia proclamar, destinavam-se deliberadamente a causar sensação e provocar perguntas nos bastidores.

Ao rei chamaram-lhe *Príncipe perfeito*: assim o designa já Garcia de Resende⁵⁶; *el Hombre* lhe chamou Isabel, a Católica, como relata o mesmo Garcia de Resende, ao referir a resposta da rainha a quem lhe comunicou o passamento do rei: “Agora morreo ho homem que eu em tanta estima tinha”⁵⁷.

troco de soma pecuniária, dá acolhimento em Roma, em 1492, ao sultão turco Bajazet II, que foge de Bizâncio, e recebe dele a dita lança de São Longuinho (com a qual o ladoflanco de Cristo teria sido perfurado).

⁵⁵ Atenda-se ao original latino, para que não restem dúvidas e se possam ultrapassar dúvidas de tradução anterior (aliás, como assinalamos, notamos perda de uma palavra que julgamos passível de reconstrução e importa assinalar que é fácil ler a forma latina como se ela fosse forma portuguesa, mas pouco explica, mesmo que se diga “inclito”): “Pretereo consulto multas admirandas incliti animi et copia dotes: proceritatem, formam insignem, animi magnitudinem, libertatem, integritatem, integerrimam vitam, moderationes, fidem, constantiam. In re militari virtutem, in administrando regno iustitiam, et omni genere prudentiam, in deum religionem, in regnum et in subditos pietatem. Pretereo virtutis et industrie laudes, pretereo glorie et victoriarum monumenta, pretereo [noticias] quo astu, quo consilio, qua prudentia, qua animi fortitudine propalatas: diuino nutu duorum ducum factiones dissimulat et factiosos castigat”

⁵⁶ RESENDE, Garcia de – *Livro que tracta da vida & grandissimas virtudes & bôdades, magnanimo esforço, excelentes costumes & manhas & muy raras feitos do christianissimo... el rey dom Ioam bo segundo deste nome... vuy mais acrescentado nouamente a este livro hũa Miscellanea em trouas do mesmo auctor*. Évora: Andre de Burgos, Mayo, 1554; para outros aspectos mais alargados, cf. SANCEAU, Elaine – *O príncipe perfeito* (trad. Álvaro Dória). Porto: Livraria Civilização, 1952.

⁵⁷ Contrariamente ao que foi alvitrado por Manuela Mendonça, bastaria um pouco de reflexão histórica e de sensibilidade humana para perceber que, na voz de Isabel de Castela, o epíteto não era depreciativo, como se entende pelas palavras do cronista: exprimia dor e respeito por quanto D. João de Portugal sofrera (com a morte do filho, casado com a filha dos reis de Castela) e significava também respeito por quem, em vida, soubera merecê-lo;

Manteve Lope de Vega esse epíteto de honra⁵⁸. Quanto a nós, a antonomásia era qualificativo não só nobre, mas também piedoso, pois tem referência maior no *Ecce Homo*, com que Pilatos apresentou Cristo aos judeus, quando estes lhe exigiram a condenação de Jesus. Para a rainha de Castela a expressão não podia ser depreciativa (como alguém ajuizou, sem atender ao que estava em causa); o *homem*, por antonomásia, era título de piedade e compaixão que não podia ignorar a doença (provavelmente a gota) que acometera o rei nos últimos anos de vida e para a qual procurara remédio nas termas do Algarve, sem o conseguir⁵⁹. O seu desaparecimento lembrava à rainha de Castela que a vida é breve e merece respeito – tanto maior quanto é atravessada por sofrimento (com o rei português partilhara ela tempos de dor, com a morte do príncipe herdeiro casado com a sua filha).

O retrato de D. João II por Garcia de Resende apresenta traços convencionais e procede de um serviço da corte, que transfigura o rei em considerações hagiográficas; não é de um literato a exposição, mas tem qualidades para

significava também admiração por quem sabia governar: a *Crónica* de Garcia de Resende, cap. 163-167, é factual e mostra isso à saciedade. Assim, a recusa dos embaixadores castelhanos em Lisboa que vinham mal preparados (“um, Pedro de Ayala, manco de uma perna, e outro, Garcia de Carvajal, muy vão”), foram despedidos sem perda de tempo; pelo contrário, para discutir questões desse calibre, aos embaixadores de D. João II, enviados a Medina del Campo nada puderam contrapor: percebendo que as condições de entendimento eram ditadas pelo rei de Portugal, já senhor de domínios que se pretendiam dividir, reconheceram os castelhanos que os tema não admitiam discussão: de facto, D. João II já tinha tomado medidas com vista a saída de uma armada sob comando de D. Francisco de Almeida e apenas havia que ratificar o que o rei assinalava...

⁵⁸ VEGA, Lope de – *Comedia famosa del Principe Perfeto*, fl. 130 (ap. *Onzena Part de las Comedias de Lope de Vega Carpio*. Madrid: Viúda de Alonso Martin de Balboa, fl. 122v-147v; SAMPAIO, Cristóvão Ferreira e – *Vida y Hechos del Principe Perfeto Don Juan Rey de Portugal segundo deste nombre*. Madrid, 1626; MARTINS, J. P. de Oliveira – *O Principe Perfeto*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1896. Cf. RODRIGUES, Maria Idalina Resina – *Simpatias, inimizades e algumas confusões: D. João II, no teatro de Lope de Vega*. «Revista de Filologia Românica», 11-12, Univ. Complutense, 1994-95, pp. 63-80.

⁵⁹ Efectivamente, as relações da rainha Isabel de Castela com D. João II eram familiares e não evitavam título de dignidade e nobreza: não apenas o casamento dos seus filhos o demonstrava, mas também os modos de tratar questões de Estado ultrapassavam o plano diplomático, pois combinavam embaixadas e defendiam interesses comuns, quer fosse em política concertada contra o rei de França quer fosse em resolução de questões de interesse que envolvia os dois países, como foi a assinatura do Tratado de Tordesilhas, a 7 de Junho de 1494: cf. FONSECA, Luís Adão da; CUNHA, Cristina – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisboa: INAPA, 1991. Bem sabiam os reis de Castela que D. João II tinha por ele a navegação até ao Cabo de África; o cronista João de Barros regista: “Partidos dali, houveram vista daquele grande e notável cabo, ao qual por causa dos perigos e tormentas em o dobrar lhe puseram o nome de Tormentoso, mas el-rei D. João II lhe chamou cabo da Boa Esperança, por aquilo que prometia para o descobrimento da Índia tão desejada”. Os cosmógrafos do rei D. João II julgaram impropriedades as propostas de Colombo de chegar à Índia viajando para Ocidente e o rei respondeu-lhe com pundonor à sua arrogância, mantendo-o a distância e poupando-lhe a vida quando outros queriam atentar contra ela para se desfazerem de mais um importuno. Quanto ao conceito que outros reis tinham de D. João II, baste o testemunho do rei Carlos de França: se tinha contra ele a cristandade inteira, como lhe queriam fazer crer, respondeu que bastava-lhe ter por ele o rei de Portugal (RESENDE, Garcia de – *Crónica...* Ob. cit., fl. 89, cap. 153).

demonstrar que é epidíctico, ainda que sem encobrir defeitos: o rei não era galante, talvez, mas tinha elegância na sua estatura que era graciosa, i. é, proporcionada; o seu porte era grave, mas cheio de humor, quando estava com fidalgos mais chegados; tinha afabilidade de trato e gostava de ser agradável, se a situação o permitia; quando se entregava a negócios da administração procurava que eles fossem entregues a gente de virtude, pois deixava entender que “o rey trabalhava quanto nelle era de buscar pera hos officios de justiça & da sua fazenda homens virtuosos, de boa tençam & de bom saber” (*Crónica*, cap. 177); cuidava da defesa e era precavido: assim, para a entrada de Lisboa previu caravelas ligeiras que servissem para acorrerem ao perigo e foi ele que concebeu a Torre de Belém para esse efeito, embora quem viesse a executar a obra fosse D. Manuel (cap. 180). Era o rei moderado em folguedos, embora não os enjeitasse; era comedido nas palavras e nos prazeres da mesa, astuto e inteligente para não se deixar enredar por influências e amizades, mesmo que vindas de familiares; recto nos julgamentos, fiel aos amigos; no casamento, excedeu-se em alguns deslises (com Ana Furtado de Mendoça, “muito fidalga e de mui nobre geração”, senhora da corte da Beltraneja, com a qual teve um filho, D. Jorge, que procurou proteger e educar⁶⁰; de outra, de nome Boa Dona, pouco sabemos⁶¹); destro em terçar armas, foi também amigo das letras; ponderado e sobretudo reflectido, não hesitou em arrepiar caminho na primeira ocasião, a ponto de se arrepender de alguma palavra menos ponderada e se levantar de noite para ir pedir desculpa (um caso ocorreu com Ruy de Sousa, cap. 172); do rei diz o cronista que era justo na atribuição de cargos e mercês sem atender a intermediários. Era homem, sujeito a falhas, mas capaz de tentar redimir-se delas...

Retenhamos do cronista os predicados de piedade e o quadro das devoções e práticas mantidas pelo rei D. João II:

foy muy catolico & en grande maneira amigo de deos e temente a elle & muito devoto da Paixão de Nosso Senhor Jesu Christo & da Sagrada Virgem

⁶⁰ Um ilustre comentador universitário chega a aventar a hipótese de a concepção de D. Jorge ter tido a concordância de Dona Leonor, à maneira patriarcal bíblica: cf. RAMALHO, A. Costa – *Cataldo, a Infanta D. Joana e a educação de D. Jorge*. «Humanitas», 41-42 (1990), pp. 3-22.

⁶¹ O rei tentou legitimação de D. Jorge junto do Papa, mas não a conseguiu, embora nisso se empenhasse D. Fernando de Almeida, bispo de Lamego: suspeita A. Costa Ramalho que nisso entrou mão de D. Jorge da Costa, cujas relações com D. João II eram enviesadas; relativamente a D. Jorge, sempre a rainha Dona Leonor manteve relutância e distanciamento, a ponto de a sua educação, depois dos primeiros rudimentos escolares na corte, vir a ser entregue a sua tia, Santa Joana, que vivia no convento de Aveiro, e foi entregue depois a Cataldo Sículo, humanista mandado vir de Itália por D. João II, para servir de educador oficial. Não era o único caso em que o rei se envolveu, pois, como dissemos acima, aponta-se-lhe também uma aventura com Brites Anes, a Boa Dona, de quem teve Brites Anes de Santarém (c. 1485).

Maria Nossa Senhora & confessado por elle na ora da sua morte, nunca em sua vida lhe pediram cousa aa honra das Cinco Chagas que nã fizesse; & todolos dias ouvia muy devotamente missa & em qualquer casa que esteuesse tinha oratório fechado em que todollas noites, depois de despejado & despido, se recolhia com muita deuaçam a rezar os sete salmos e se encomendava a Deos & afirmava-se que com os joelhos nus postos em terra & muitas vezes tardava tanto que era muito trabalho aos que o aguardavam: de isto todallas noites por ordenança & pollas manhãas na cama & aa mesa rezava sempre as oras de Nossa Senhora & outras muitas orações. E em hũa boeta que elle tinha ha chave se achou depois de sua morte hũo confissionario & hũo áspero celicio que muitas vezes trazia debaixo da camisa de vestiduras reaes. E, pera se hos officios divinos fezerem em grande perfeiçam & muito acatamento, trazia sempre em sua capella riquíssimos ornamentos & muitos & bõs capelães & has suas missas em pontifical erã ditas cõ mais deuaçam acatamento & cerimonias que em outra nenhuma parte. E ho lauar dos pees aos pobres & todalas outras cerimonias fazia cõ tanto acatamento & lagrimas que aos bõs religiosos daua singular exempro quanto mais aos seus familiares.

Sublinhemos as devoções principais do rei, que, nem por serem privadas, deixariam de constar em público: Paixão de Cristo, em especial as Chagas; recitação dos Sete Salmos penitenciais; recitação das Horas de Nossa Senhora; uso de cilício directamente sobre as carnes...

São muito concretas as anotações deixadas pelo cronista, tão concretas que se poderiam estranhar algumas omissões da *Crónica* relativamente ao que deduzimos do LH: ora, havemos de notar que nem o cronista serviu de modelo ao LH nem o cronista diz que se serviu de exemplar do LH para traçar as devoções do rei; todavia, em confirmação de tudo, Resende assinala que no momento da morte do soberano esteve com ele o bispo de Tãnger, D. Diogo Ortiz, que sustentava nas mãos um quadro “com o vulto do Senhor”; em complemento, acentua que ao serviço da capela real havia bons capelães.

Relativamente à devoção das Chagas de Cristo, é documento específico o LH:

*Aue uulnus lateris nostri redemptoris,
Ex quo fluxit fluminis fons quoque cruoris,
Medicina miseris esto nunc doloris,
Sana simul criminis plagas et erroris.*

*

*Aue plaga lateris larga et fecunda:
Lava multitudinis sordes et emunda,
Ne ledat Infernus tuos mors secunda:
Sed et uisu numeris fiat mens jocunda.*

Papa Inocentius concessit quattuor milia annorum indulgentiarum dicentibus hanc salutationem plage domini nostri Ihesu Christi.

¶ *Esta medida duas vezes he a medida da chaga de Nosso Senhor: (3cm x 2 = 6cm).*

Traduzimos:

*Avè, chaga do lado / Do nosso Redentor,
De onde manou a fonte de um rio / Que é também de fluente cruor,*

*Remédio para infelizes, / Seja-o agora de dor.
Sare ela tanto as chagas do crime / Como também as do error!*

*

*Avè, chaga do lado, / larga e fecunda:
Lava de gente infinda / as impurezas e as refunda!
Não faça dano o Inferno / aos teus morte segunda,
Mas com prémio à vista / a mente se torne jucunda!⁶²
(O papa Inocêncio [VI] concedeu 4 mil anos de indulgência a quem rezar esta saudação à chaga de Nosso Senhor Jesus Cristo)⁶³.*

*

Accentuemos que a devoção às Chagas de Cristo ganha incremento a partir

⁶² A oração *Aue vulnus lateris nostri redemptoris* foi assinalada pela primeira vez, que saibamos, em nota de artigo por Dom André Wilmart, in *Mélanges Mandonnet*, Paris, J. Vrin, 1930, II, pp. 145-161, a partir de um fragmento recolhido em Bethleem de Shene (ou Sheen), perto de Richmond, nos arredores de Londres, no Surrey, em mosteiro fundado em 1414 pelo rei Henrique V: faria parte de uma miscelânea, em que a terceira parte seria formada por textos goliárdicos e devocionais: Ms. British Museum, CottonVespasian D. IX – 3 ° fol.48-49, onde constava justamente: “Mensura plage lateris domini nostri, Ihesu Cristi”; assinala o ilustre beneditino: “avec figure, legende et double quatrain: Aue uulnus lateris nostri redemptoris..., Aue plaga lateris larga et fecunda”. Interpretando A. Wilmart, estaremos em contexto cartusiano, indício que nos leva a oração divulgada pela *devotio moderna*, em que se integrava a *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia.

⁶³ Junto do registo da iconografia do códice “Mensura plage lateris domini nostri Ihesu Cristi”, uma imagem vem acompanhada de explicação: “Esta medida duas vezes he a medida da chaga de Nosso Senhor”: 3cm x 2 = 6cm. Consta essa oração também do *Livro de Horas* de Álvaro da Costa (Ms. Pierpont Morgan Library, M.399, fl. 197v (na iluminura de Cristo, Homem das Dores); segundo informação de catálogo, esse LH foi encomendado c. 1515 a Simon Bening para um membro da família Sá (Saa), da cidade do Porto, provavelmente a de João Rodrigues de Sá (cujas armas da família estão no fl. 1v); foi adquirido por 1520 por D. Álvaro da Costa, homem da Casa de D. Manuel I (embaixador e conselheiro); por herança, o LH passou à família do Duque de Mesquitela; em 1882 esteve em Lisboa (Exposição retrospectiva de arte ornamental Portuguesa e Hespanhola, cat. n.º. 17) e seguidamente terá sido vendido (post 1890), por intermédio de Quaritch (1905) a George C. Thomas de Filadélfia (cat. 1907, pp. 37-38), sendo depois adquirido por J. Pierpont Morgan (1837-1913) aos herdeiros de G. C. Thomas, em 1910.

dos estigmas de Francisco de Assis, mas a memória das Cinco Chagas na liturgia tinha já expressão na unção de cinco cruzeiros no rito da sagração das igrejas; nos missais da Idade Média havia uma missa especial em honra das Santas Chagas com texto cuja composição se reportava ao Apóstolo S. João e que teria sido revelada no ano de 532 ao Papa Bonifácio II: conhecida como “Missa Dourada”, teria recebido indulgências de João XXII em 1334 e de Inocêncio VI, em 1362: corresponde à missa “Humiliavit” do Missal Romano. Primeiros traços de comemoração pública das Chagas de Cristo encontram-se no século XIV nos Breviários (franciscano, dominicano, carmelita). Também no nosso LH, como noutros, é atribuída a um Papa Inocêncio a concessão de indulgência de quatro mil anos pela recitação da prece transcrita; ora, para ser minimamente pertinente, essa atribuição terá de avançar para tempos de 1240, o que leva no mínimo a Inocêncio IV⁶⁴. Porém, segundo as melhores referências, a indulgência deverá ser posta sob o nome de Inocêncio VI, em 1362. Por influência dos Franciscanos a devoção estava implantada na corte ducal da Bretanha no século XV⁶⁵: sabe-se que a veneração do sangue de Cristo toma relevo depois das Cruzadas, em Bruges (“Saint-Sang”), Gand (Saint-Bavon), a que se segue Mântua, cujo lugar foi tornado peregrinação depois de cura obtida pelo Papa Pio II.

Em Portugal a celebração das Cinco Chagas de Cristo, na Idade Média, tinha lugar a 6 de Fevereiro ou, em Lisboa, na Sexta-feira depois das Cinzas: era certamente o fim de um processo que começou muito antes e no qual o desenho do escudo nacional deve ter tomado expressão concreta; a cronologia de que dispomos não é precisa, mas encontramos a primeira formulação na pena de um arauto, em 1416, em moldes que faz supor registo elaborado e por isso remonta a tempos anteriores e nos leva a perceber que a narrativa se terá desenvolvido em torno da celebração da Vera Cruz, após a vitória do Salado⁶⁶, mas entretanto reportada à proclamação do primeiro rei, Afonso Henriques, na batalha de Ourique, em 1139, a partir de literatura heráldica⁶⁷.

Em tempos posteriores, terá recebido influências de pregadores e homens de

⁶⁴ Esse Papa que interferência nas atuações do imperador Federico II e na vida de Sancho II, rei de Portugal; este rei português foi deposto por ele, no seguimento de acusações graves feitas por membros da nobreza e do clero, nomeadamente das Ordens religiosas

⁶⁵ Cf. “Isabelle Stuart, duchesse de Bretagne, et ses deux filles Marguerite et Marie en prière devant une Pietà, miniature extraite d’un manuscrit de La Somme-Le roi de Laurent d’Orléans”: BNF, FR 958 (a. 1464). Para uma visão mais alargada do tema, cf. CHARBONNEAU-LASSAY, Louis – *Le vulnérable du Christ - La mystérieuse emblématique des plaies du corps et du cœur de Jésus-Christ*. Guntenberg reprints, 2018.

⁶⁶ Cf. RAMOS, Manuel Francisco – *Memória De victoria Christianorum (Salado – 1340)* (ed., trad., e introd. do manuscrito Alc. 114 (fl. 354-363)). Porto: FLUP, 2019.

⁶⁷ NASCIMENTO, Aires A. – *O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416*. «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», 4.ª série, nº 2 (1978), pp. 365-274; CINTRA, L. F. Lindley – *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)*. «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», 4.ª série, nº 2 (1978), pp. 365-374.

vida espiritual que viviam da contemplação das Chagas de Cristo⁶⁸: a narrativa da aparição de Cristo com as suas chagas ao primeiro rei português faz parte da *Oração de obediência* de Vasco Fernandes de Lucena, embaixador do monarca português D. João II ao Papa Inocêncio VIII, em 1485, com intenção de enunciar a memória nacional⁶⁹.

*

Não se limitou a devoções maiores o rei D. João II e disso dá conta também o LH. Além das festas de preceito, o calendário dos diversos meses inclui os nomes de santos que, pela distribuição nos dias, tomamos como traduzindo leituras do rei, sem vinculação devocional: de facto, o elenco corresponde, salvo excepção pontual, ao da *Legenda Aurea* de Jacopo de Varazze e tal circunstância faz-nos suspeitar de dependência a partir desse texto hagiográfico⁷⁰.

⁶⁸ Cf. MÂLE, Emile – *L'art religieux de la fin du moyen âge en France*. Paris: Lib. A. Colin, 1908; sintetiza esse eminente homem de história de arte: “La dévotion au Précieux Sang, qui fut toujours très vive, s'accrut encore à la fin du moyen âge. À Bruges, ce fut seulement au XIVe siècle que la confrérie du Saint Sang prit naissance et que commença la fameuse procession du mois de mai. Ce fut au XVe siècle que s'éleva, au-dessus de la vieille crypte romane de Thierry, la haute chapelle gothique, plus digne de l'insigne relique. Au XVIe siècle, le culte du Saint Sang s'organisa, et on voit apparaître des proses écrites en son honneur. Ce fut alors aussi que les peintres imaginèrent le thème de la Fontaine de vie, qui est, à sa manière, une sorte d'hymne au Précieux Sang. On peut presque affirmer, je crois, que ce motif nouveau est né dans une des villes qui rendaient un culte à la sainte relique. On sait que la Fontaine de vie du Musée de Lille, œuvre de Jean Bellegambe, fut peinte pour l'abbaye d'Anchin. Or l'abbaye d'Anchin possédait depuis 1239 quelques gouttes du Précieux Sang”. O sentido das relíquias não tem hoje o valor que tinha no período medieval.

⁶⁹ Cf. *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII*, dita por Vasco Fernandes de Lucena, em Roma, em 1485 (ed. Martim de Albuquerque, trad. Miguel Pinto de Meneses). Vol. 3. Lisboa: Inapa, 1988. Só no século XVIII, o patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida solicita ao Papa Bento XIV a concessão ao clero português do ofício e missa das Cinco Chagas, que se usava desde 1733; Roma concedeu autorização em 1753. A petição escudava-se na obrigação real imposta aos membros da Academia Real da História de não porem em causa a veracidade do milagre de Ourique nem a das Cortes de Lamego nem o carácter primacial da diocese de Braga. Cf. BUESCU, Ana Isabel – *A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)*. In D. Afonso Henriques e a sua Época – 2º Congresso Histórico de Guimarães. Guimarães: Câmara Municipal, 1996, vol. 3, pp. 197-210.

⁷⁰ O conhecimento da *Legenda aurea*, em versão latina, está confirmado em Alcobça, onde deu entrada em manuscrito comprado em Paris, por 1265, quando havia já monges alcobacenses a frequentarem o Colégio de S. Bernardo; o manuscrito tem ordenação de pécias, assinadas nas suas treze partes, constitui o Alc. 40: cf. FERNANDES, Catarina Barreira – *Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobça*. «Lusitania Sacra», 33 (Janeiro-Junho 2016), pp. 99-128. A tradução em língua vulgar deve ter sido constituída no decurso do século XV: VIEGAS, Artur – *Um códice português da legenda aurea: (fragmento duma versão inédita do séc. XV)*. Lisboa: Tip. José Soares & Irmão, 1916; MARTINS, Mário – *Os fragmentos da «Legenda Aurea» em medievo-português*. «Itinerarium», 7 (Jan.-Mar. 1962), pp. 47-51; SOBRAL, Cristina – *O Flos Sanctorum de 1513 e as suas adições portuguesas*. «Lusitania Sacra», 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 531-568. Recordaremos que o fragmento identificado por Artur Viegas no Arquivo de Santiago de Compostela procedia de um códice perdido, do qual restavam apenas dois bifólios de pergaminho, em alguma momento aproveitados para capa de encadernação e depois recuperados: apesar das lacunas e das dificuldades de leitura resultantes de aparo e da degradação de material, a escrita denotava ordenação profissional, ou seja, texto a duas colunas, 34 / 35 linhas, letínas para iniciais de capítulo a duas cores, títulos de segmentos textuais rubricados. Seguindo critérios paleográficos, A. Viegas datava o texto da primeira metade do século XV, o que a análise linguística confirma: opinião diversa sustentou LÓPEZ, Anastácio – *Códice en gallego de la «Legenda aurea» o «Flos Sanctorum»*. «Boletín de la Real Academia Gallega», 9 (1916), pp. 97-107, 121-32, 145-47, que reclamava origem e representação de

Há, porém, alguns santos que devem ter merecido devoção específica, pois têm estampa própria no final do LH, na secção dita de “sufrágios”: Santos Reis Magos, Arcanjo S. Miguel, Santo António de Lisboa, S. Cosme e S. Damião.

Os reis eram tomados como patronos do seu povo que os olhavam tanto mais quanto lhes cabia o título de “homens santos – “holy man”⁷¹ e se mostravam como taumaturgos em favor das suas gentes⁷². O rei D. João II assumiu particularmente essa função, pois se empenhou em responder às necessidades do seu povo: assumiu a construção do grande hospital de Todos-os-Santos, no centro da cidade de Lisboa, onde procurava reunir as 43 instituições de assistência espalhadas pela cidade e seus arredores; não teve vida o rei para acompanhar a sua esposa, a rainha Dona Leonor, no lançamento das Misericórdias, mas no seu testamento não esquecia o Hospital de Todos-os-Santos, acentuando que queria que ele se regesse de forma idêntica à dos grandes hospitais de Florença e de Sena. Nesse Hospital, a uma das grandes enfermarias foi dado como patrono S. Cosme.

Para os outros santos dos “sufrágios” não é difícil encontrar motivo para a devoção prestada: ao arcanjo S. Miguel confiava-se o patrocínio da pátria; a Santo António entregava-se a protecção de Lisboa, pelo facto de ser natural da cidade e tão próximo o rei se reconhecia que se interessou pela reconstrução da casa onde ele nasceria e a entregou aos cuidados do seu sucessor; não é difícil de adivinhar o motivo de ter os Reis Magos como patronos, com a novidade de a representação deles fugir a imagens comuns e escolher dois acompanhantes como assistentes na governação que sob as vestes profanas assumem funções régias delegadas. O LH espelha a vida real, sob máscaras específicas...

7. Novos tempos, novos Livros: um resgate a continuar...

Um Livro de Horas pode ser tomado como relíquia ou como reflexo e testemunho de vida do seu possuidor. Não foi como relíquia (a não ser nalgum caso particular) que os LH foram recebidos na tradição portuguesa;

língua galega; a análise de língua, porém, confirma o juízo de A. Viegas.

⁷¹ Cf. BROWN, Peter – *The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity*. Oxford: Clarendon, 1981 (ed. francesa: *Le Culte des Saints. Son essor et sa fonction dans la chrétienté latine* (trad. Aline Rousselle). Paris: Cerf, 1984); IDEM – *The Rise and Function of the Holy Man in Late Antiquity*. «The Journal of Roman Studies», 61 (1971), pp. 80-101. Em contraste com P. Brown, BEAUJARD, Brigitte – *Le Culte des saints en Gaule. Les premiers temps. D'Hilaire de Poitiers à la fin du VI.e siècle*. Paris: Cerf, 2000, põe em destaque a origem aristocrática e eclesiástica do culto dos santos, primeiro como modelos, depois como salvadores das cidades, enfim, como patronos e beneméritos, porque intercessores; em funções disso explica que se tenham multiplicado as suas festas e tenham dedicado igrejas em sua honra e se multiplicado também as narrativas dos seus milagres.

⁷² BLOCH, Marc Bloch – *Les rois thaumaturges: Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*. Paris: Gallimard, 1963.

pelo contrário, tendemos a vê-los como espelho e prolongamento de vivências pessoais dos seus possuidores: reagem eles a situações concretas, seja em momentos de perplexidade seja em relações com algum mistério mais concreto. Assim descobrimos D. Duarte quer quanto ao seu LH (que hoje nos aparece vivencialmente mais integrado do que parecia) quer quanto ao Livro de orações que tinha de seu pai e julgamos poder interpretar como exemplar que terá passado pelas suas mãos (em renovação de texto). No caso do LH de D. João II, o pequeno códice que recentemente foi identificado (e esperamos que brevemente seja posto a público), revela-se como testemunho de um novo mundo em mudança nas mãos do rei: este serve-se de um livro em que colabora um homem de ciência (Diogo Ortiz) que traça inclusive coordenadas geográficas e que acompanha o desenho do calendário do LH, mas deixa a mestre competente o cuidado das iluminuras e das orações: andou esquecido esse livros, mas está em vias de reintegração na comunidade científica e os estudiosos da personalidade do rei podem reter nele traços espirituais de uma personalidade de exceção.

Com os LH apontados, mantemo-nos no século XV e a ele regressamos para ganharmos horizontes de vida. Ao tempo, o livro manuscrito estava a ser confrontado com o livro impresso, mas mantinha para oferecer encantos próprios em tempos em que o *homo typographicus* interpretava novos anseios de resposta à multiplicação de exemplares: Aldo Manúcio consegue aliar elegância com sobriedade, mas confia a outrem o traço do desenho e da cor que retém o encanto da experiência de tempos anteriores. Conviveram esses recursos durante séculos: de um momento para o outro, nos nossos dias, saiu-nos a caminho o *homo digitalis* que se deixou seduzir pelo instante e, no efêmero do novo traço, se debate com a fixação do registo para que não se perca a reverberação da fantasia, mas salve as versões de texto que vão surgindo ao ritmo das batidas do teclado: merece a versão poética ser transmitida quando encerra sentido pleno. Com isso novos desafios se abrem ao Filólogo: em nome da Memória dos Textos haveremos de saber articular os vários testemunhos da escrita e reter o que merece fugir ao efêmero dos dias para guardar o que permanece no coração do Homem. Na diversidade das formas, muitos são os passos da *História breve da humanidade*, mas o espanto de todos está no Homem que é capaz de viver a esperança de responder à voz do divino, no encontro com o *Homo Deus*: fá-lo, oferecendo a Palavra “transumanada” que, sendo plena, merece ecoar pela eternidade⁷³.

⁷³ O termo “transumanar” como “exaltação dos valores humanos” lemo-la na carta apostólica *Candor Lucis aeternae* que o Papa Francisco escreveu para celebrar o 7º centenário de Dante, poeta do divino e da esperança humana: o divino é o limite aberto ao humano, em lealdade e sem concorrência, pelo que a atitude poética e contemplativa significa disponibilidade para chegar à vida em plenitude e aspirar à transcendência do humano.

Artigo recebido em 21/03/2021

Artigo aceite para publicação em 11/05/2021

Responderemos assim às questões de Yuval Noah Harari, tanto no *Sapiens - História Breve da Humanidade* como em *Homo Deus*, onde brotam os anseios, sonhos e pesadelos que alimentam as fantasias do homem do nosso tempo, atribulado com a luta contra a morte, mas tentado a fabricar a vida, em artificios em que o criador corre o risco de ser preterido em favor da criatura. Digno de atingir a luminosidade do divino é o Homem que o procura nos caminhos da vida: em qualquer Livro de Horas, que a Idade Média nos legou, vibram fulgores da luminosidade que são antecipação do que nos espera no termo dos dias breves que passamos na terra. Ao longo deste ano de Dante, aberto à peregrinação celestial, vimos partir amigos queridos, quase todos imprevisivelmente: voltarmos a estar juntos para partilharmos as alegrias em que eles foram recebidos e lhes dão plenitude que também nós esperamos.